

**SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE SETEMBRO DE 2010**

**ACTA Nº 06**

Aos vinte e cinco dias do mês de Setembro do ano dois mil e dez, compareceram nesta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal os Senhores Duarte Lynce de Faria, Presidente da Assembleia Municipal, Baltasar Flávio da Silva, Primeiro Secretário da Mesa, Luís Miguel Pires Pereira, Segundo Secretário da Mesa e os Membros, Senhores(as) Maria Antonieta dos Santos (em regime de substituição), José Carlos Nascimento dos Reis (em regime de substituição), Leonardo Jacinto, Ana Helena Carvalho da Silva (em regime de substituição), Nédia Cabecinha Correia, Nuno António Paulo Martins, José Manuel Mártires Balona, Célia Isabel Baião Pacheco Mendes (em regime de substituição), Luzia Maria Carvalho Maurício, Juliana Sofia L. Madaleno, Rodrigo Manuel Peralta Peguicha, João Gaio Sequeira (em regime de substituição), Mauro Jorge Pinto Félix, Maria Antónia dos Reis Mendes, Frederico Verde D'Orey, Maria de Jesus Zacarias D. Marques, Paulo José G. Afonso Guerreiro, Alexandre Jorge Rebelo Mendes, Pedro Goucha (em regime de substituição pela Presidente da Junta de Freguesia de Santiago), Arlindo José Paulino Passos, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria do Castelo, Décio Rodrigues Fava, Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, Maria José Coelho Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Comporta, Albino António B. Francisquinho, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, Paulo Jorge Bento Costa (em regime de substituição pela Junta de Freguesia de Santa Susana).

Compareceram, também, os Senhores, Pedro Manuel Igrejas da Cunha Paredes, Presidente da Câmara Municipal e os Senhores Vereadores Hélder António Monforte Serafim, Vice-Presidente, Isabel Cristina Soares Vicente, Gabriel Afonso Leal Geraldo, António dos Mártires Balona, Ana Isabel Paulino Chaves e Manuel Vítor Nunes de Jesus.

Verificou-se a ausência dos Membros, Srs.(as) Rui Carlos Moreira C. e Oliveira, Rui Damião Conceição da Silva, Ilda Isabel M. Jacinto Rebelo, Serafim António Martins Inocêncio, António Maria Gomes de Lacerda Pereira, Rita Bebian Cabral Rito, Presidente da Junta de Freguesia de Santiago e Paulo Jorge Carmo Jacinto, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Susana (justificadas em anexo).

Pelas dezasseis horas, verificou-se a existência de quórum, pelo que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão.

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** \_\_\_\_\_

**CORRESPONDÊNCIA** \_\_\_\_\_

Foi lido o resumo da correspondência que deu entrada no Gabinete da Assembleia Municipal, no período de 21/06/2010 a 24/09/2010, que aqui se dá como reproduzido e transcrito, ficando arquivado em pasta anexa à acta, dela fazendo parte integrante.

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

Foram presentes à Mesa da Assembleia Municipal, os seguintes documentos:

### REQUERIMENTO\_CDU

---

“De acordo com o art. 50º, n.º 1 alínea b) da lei 169/99 de 18 de Setembro com alterações introduzidas pela lei 5-A 2002 de 11 de Janeiro vimos por este meio requerer a V.Exª. a realização duma sessão extraordinária da Assembleia Municipal subjugada às questões do *Plano de Urbanização de Alcácer do Sal e do Projecto Ruas* (questões directamente relacionadas).

Note-se que neste momento já existe documentação suficiente para suportar uma discussão válida sobre estas questões. Como evidência deste facto podemos referir as reuniões de trabalho já realizadas, por iniciativa do executivo camarário, com a Comissão de Urbanismo, Mobilidade, Higiene e Segurança sobre o Plano de Urbanização e com os comerciantes de Alcácer do Sal sobre o Projecto Ruas.

Por estarmos convictos de que a Assembleia Municipal, instituição democraticamente eleita, deve participar em tempo útil em tão importante processo sobre a administração do nosso território, assinamos este documento seguros de que através dum diálogo construtivo será possível alcançar melhores resultados finais.”

### VOTO DE PESAR

---

“Faleceu aos 95 anos, no passado mês de Agosto, António Dias Lourenço, um homem que personifica a luta de todo um povo pelo direito à liberdade, à dignidade e à democracia.

Um incansável resistente que dedicou toda a sua vida à luta dos trabalhadores, contra a opressão fascista, contra a exploração, na defesa dos seus ideais.

Um pouco do seu percurso de vida:

Nasceu em Vila Franca de Xira em 1915, tendo começado ainda criança a vida de operário, como torneiro mecânico;

Em 1932 aderiu ao PCP, com 17 anos de idade;

Em 1942, na sua vida clandestina, assumiu a responsabilidade das tipografias e da distribuição da imprensa do PCP;

Participou nos organismos dinamizadores das grandes greves de Julho e Agosto de 1943 e de Maio de 1944;

Preso duas vezes pela PIDE, em 1949 e 1962;

17 anos nas cadeias fascistas, 17 anos viveu na clandestinidade. Foi uma das mais sofridas vítimas da ditadura, tendo sido espancado e torturado, sendo a sua capacidade de resistência e tenacidade um exemplo, para todos os que então lutavam pela liberdade;

É de uma dessas prisões – o Forte de Peniche – que vem a escapar em Dezembro de 1954, lançando-se das muralhas ao mar, protagonizando “uma das mais audaciosas fugas das prisões fascistas”;

Empenhou-se activamente nas grandes acções de massas que marcaram o 1.º de Maio de 1962;

Libertado em Abril de 1974, António Dias Lourenço viria a ser deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República, entre 1975 e 1987;

Deixou publicadas obras como “Vila Franca de Xira: um concelho no país”, “Alentejo: legenda e esperança” e “Saudades...não têm conto! – Cartas da prisão para o meu filho Tónio”.

De trato fácil e dócil, era dotado de uma personalidade muito forte, não fazendo qualquer tipo de cedência na defesa do ideal da liberdade.

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁÇER DO SAL

---

Pelo significado da sua luta contra a ditadura, de que é um dos mais altos expoentes, a Assembleia Municipal de Alcácer do Sal aprova um voto de pesar pelo seu falecimento, a expressar junta da sua família, do seu partido e da comunicação social.

Os eleitos da CDU"

### **Votação:**

**APROVADO POR UNANIMIDADE.**

### **MOÇÃO\_A\_CDU**

---

#### **“Atlantic Ferries / Tráfego fluvial no rio Sado**

- Considerando a importância e a justiça do problema colocado pela Moção anexa relativa a “Atlantic Ferries/Tráfego Local Ferroviário e Marítimo – Tróia Setúbal”, aprovada pela Assembleia de Freguesia do Carvalhal;

- Considerando que o assunto nela expresso afecta igualmente as populações da Comporta e da Carrasqueira;

A Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunida em 25 de Setembro, na Freguesia da Comporta em sessão ordinária, deliberou o seguinte:

- Subscrever inteiramente o conteúdo da Moção anexa relativa ao tráfego fluvial no rio Sado já referida, aprovada pela Assembleia de Freguesia do Carvalhal;

- Mostrar total disponibilidade, por parte do Município de Alcácer do Sal e da Junta de Freguesia da Comporta, para reunir com as entidades referidas, na qualidade de representantes legítimos dos utentes do concelho de Alcácer do Sal e, desta forma, contribuir para a resolução do problema, garantindo a regularidade e a qualidade da prestação do serviço público concessionado.”

O Presidente da Assembleia Municipal pronunciou-se sobre o assunto em questão, concordando com a proposta e disse entender que muitas vezes as especificidades da Freguesia da Comporta e do Município de Alcácer fazem valer que mantenham uma posição, naturalmente com pressupostos idênticos às Freguesias do Concelho de Grândola, mas também com uma realidade, em muitos casos, que também é importante e diferente. Pediu que se criassem como interlocutores, também para resolver este problema, quer a Junta de freguesia da Comporta, quer a Câmara Municipal de Alcácer do Sal.

Porque há realidades diferentes do Concelho de Grândola, e que naturalmente interessa quer à Freguesia da Comporta, quer à Câmara de Alcácer estarem presentes nesta situação.

Interveio o deputado Frederico D’Orey para questionar a Presidente da Junta de Freguesia da Comporta, deputada Maria José Martins, se já havia algum levantamento específico sobre o número semanal de utilizadores dos *ferries*, se o horário de funcionamento seria compatível com os mesmos, se havia algum plano feito previamente. Talvez não fosse descabido propor uma reunião às entidades responsáveis pela empresa, no sentido de acordarem previamente uma garantia a 3 ou 5 anos, das condições asseguradas e propor uma nova renegociação,

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

quando chegar ao fim do tempo acordado, porque normalmente as empresas privadas procuram, como é lógico, ter os custos acertados, *versus*, proveitos, o que nem sempre é compatível com essa necessidade. Por vezes podem existir um ou dois casos em que se verifique haver 10 ou 20 pessoas que façam esse transporte, e de facto não se justifique mesmo, era no fundo tentar conciliar.

A deputada Maria José Martins considerou pertinentes as considerações do deputado, mas as Juntas de Freguesia da Comporta e Carvalhal já reuniram várias vezes, inclusive com a empresa e não conseguiram receber a informação que pretendiam, daí terem que recorrer às Câmaras de Grândola e Alcácer do Sal, e Assembleias Municipais, no sentido de reforçar as suas intenções para que as coisas se consigam resolver. Tudo o resto tem vindo a ser feito.

É claro que a Junta de Freguesia do Carvalhal, pelo facto de Tróia pertencer juridicamente ao Carvalhal e a Grândola, tomou a iniciativa e a Comporta juntou-se-lhes, no sentido das coisas se resolverem o melhor possível.

O Presidente da Assembleia perguntou se a Presidente da Junta de Freguesia da Comporta estaria de acordo que se introduzisse o seguinte ponto na proposta apresentada. Na parte final acrescentar o seguinte parágrafo: “ Mostrar total disponibilidade por parte do Município de Alcácer do Sal e da Junta de freguesia da Comporta para reunir com as entidades referidas, na qualidade de representantes legítimos dos utentes do Concelho de Alcácer do Sal e desta forma contribuir para a resolução do problema, garantindo a regularidade e a qualidade da prestação do serviço público concessionado.”

A deputada Maria José Martins, Presidente da Junta de Freguesia da Comporta, concordou, uma vez que de certa forma reforçaria a proposta.

Relativamente à intervenção do deputado Frederico D'Orey, o Presidente da Assembleia entendeu esclarecer que se trata de um serviço concessionado em regime de serviço público, e portanto significa que naturalmente existe um interesse público e um serviço das populações, e nessa perspectiva também pensa ser importante a participação, quer da Câmara, quer da Assembleia, quer da Junta de Freguesia, como entidades públicas que são e representantes legítimos dos interesses dos próprios cidadãos, para poderem, naturalmente resolver este problema, que é um problema melindroso e que diz respeito a todas as pessoas que fazem o circuito habitual entre a margem Norte e a margem Sul do rio Sado.

### **Votação:**

**APROVADA POR UNANIMIDADE.**

### **MOÇÃO\_B\_BE**

---

#### **“Pelo Respeito da Laicidade**

Esta Assembleia Municipal reconhece-se herdeira dos valores da República, entre os quais se destaca a Laicidade – a separação do estado da Igreja.

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

Assim, é com muita estranheza e perplexidade que registamos a presença do Presidente da Assembleia Municipal na cerimónia religiosa de bênção da Cadeira de rodas eléctrica realizada no dia 4 de Setembro de 2010 (4ª Romaria e Procissão de Santa Maria do Castelo).

Esta participação contraria os mais elementares valores republicanos e democráticos, nomeadamente, a Laicidade.

Para que situações lamentáveis, como esta, não se repitam, esta Assembleia exige que, de futuro, os seus representantes se abstenham de participar em toda e quaisquer cerimónias religiosas em nome desta instituição.

Pelo Bloco de Esquerda."

No sentido de apresentar a Moção em debate, interveio o deputado Luis Pereira que lembrou todos os presentes que se comemora este ano o Centenário da República e um dos valores mais caros aos Republicanos, ontem, como hoje, é justamente esta ideia de que o Estado deve estar separado da Igreja e não deve de forma alguma favorecer ou beneficiar que Igreja for.

Isto pode parecer uma ideia muito geral, mas se olharem na prática, no dia-a-dia, vê-se que a ideia da Laicidade é uma ideia que infelizmente se tem tornado cada vez mais presente porque a religião está cada vez mais presente, ganhou uma força cada vez maior no quotidiano, pensando, por exemplo, na questão dos muçulmanos, pode pensar-se também nos extremistas católicos nos Estados Unidos, na recente visita do Papa a Portugal. É importante manter este valor da Laicidade, manter muito bem presente que o Estado e qualquer Igreja que seja são realidades diferentes. Neste sentido, não aceitam que o Estado, através dos seus representantes, beneficie, promova que religião for.

Pareceu-lhe que a presença do seu caro colega, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, é nessa qualidade que se refere, e não ao cidadão Duarte Lynce de Faria, que a sua presença numa cerimónia religiosa católica configura justamente na situação de excepção, e o apoio ou favorecimento de uma Igreja, no caso, uma Igreja católica. Essa situação não se pode aceitar, contesta-a e sobretudo quis deixar muito presente que no futuro situações como esta não voltem a acontecer. Solicitou que no futuro, os representantes da Assembleia Municipal se abstenham de participar em qualquer cerimónia religiosa, seja ela qual for. É esse o sentido da Moção.

A deputada Nédia Cabecinha Correia perguntou ao Presidente da Assembleia se no acto em questão, se apresentou, discursou, ou falou em nome da Assembleia Municipal, porque se não o fez, tem todo o direito em estar lá presente, assim como ela, que não pratica nenhum credo religioso, vai às missas de corpo presente quando morre alguma pessoa das suas relações, e continuará a ir, e não admite que ninguém lhe diga que não deva lá estar. Embora respeite a crença dos outros, e a crença, neste caso, pareceu-lhe que era de quem precisava da cadeira benzida. Se foi assim, é uma coisa, agora se foi a Assembleia Municipal a lançar a sua bênção sobre a cadeira, é outra. Gostava que o Presidente da Assembleia esclarecesse a questão, porque faz toda a diferença.

Na opinião da deputada Maria Antonieta Santos, não faz diferença nenhuma, se um elemento for convidado por uma qualquer igreja para ir assistir a uma iniciativa, deve ir, estamos num País democrático, não percebeu qual foi o problema. Dizerem que não se deve ir, sinceramente não acha correcto, cada pessoa é aquilo que quer, e deve ser respeitada, assim como as religiões querem ser respeitadas.

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

O deputado José Balona solicitou ao Presidente da Mesa que esclarecesse a questão.

O Presidente da Assembleia disse que naturalmente fazia intenção de intervir, mas, como estavam num órgão democraticamente eleito, e a Mesa foi eleita democraticamente, portanto em termos de representação, fossem quais fossem as suas ideias sobre o assunto, submeter-se-ia sempre ao voto da maioria como é lógico.

É um representante dos Membros da Assembleia, naquilo que efectivamente pudesse transcender a situação.

Afirmou que não foi convidado por nenhuma igreja, mas pela Assembleia de Freguesia de Santa Maria do Castelo que tradicionalmente faz a Romaria em questão.

Não se trata de saber se é da igreja católica ou não, no limite, teriam que dizer que o Natal foi uma festa pagã, e se fossem por aí certamente não chegariam a lado nenhum.

Se tudo aquilo que tiver uma base religiosa, e estiverem presentes, for considerado a manifestação de um credo, então estaria perante a maior perseguição política que se pode fazer, porque se trata dum ataque directo por a pessoa estar presente numa determinada cerimónia, e isso não pode aceitar.

Dirigiu-se directamente aos colegas que o interpelaram e disse que não usou da palavra na ocasião, e não foi convidado pela igreja católica, aceitou o convite, e aceitá-lo-ia outra vez nas mesmas condições, tanto mais que houve também uma cerimónia onde quiseram que a Assembleia estivesse presente, e que nada teve de religioso.

A atribuição da cadeira de rodas foi um evento que a Assembleia de Freguesia de Santa Maria do Castelo entendeu que deveria fazer naquela altura, poderia ter sido feito numa outra situação qualquer, e portanto, foi nessa base que esteve presente. A maior sanção que se pode fazer é limitarmos a presença das pessoas, se as mesmas mantiverem uma postura isenta, e nesse aspecto entende que o foi totalmente. Este aspecto pareceu-lhe fundamental, porque ser laico não significa que as pessoas não possam estar presentes em determinadas cerimónias religiosas, embora não processando essa fé, no caso é uma questão completamente diferente, não estavam a falar do Estado, mas sim de uma entidade pública, que não é Estado, é uma Autarquia.

Ficou completamente à vontade para dizer que se tratou de uma festa de uma Junta de Freguesia que respeitou e que tenha também no seu sustentáculo uma questão não religiosa, mas antes de festa popular e simultaneamente uma questão social importante, como era o caso, a oferta da cadeira de rodas.

Acrescentou que a cadeira de rodas foi integralmente suportada pela Junta de Freguesia de Santa Maria do Castelo, nada teve a ver com Município. Agradeceu o convite, e esteve presente com muito gosto.

Aproveitou para saudar o Presidente da Junta e Assembleia de Freguesia de Santa Maria do Castelo.

Intervieram os(as) deputados(as) Nédia Cabecinha Correia, José Balona e Décio Fava, Presidente da Junta de Freguesia do Torrão.

Voltou a intervir também, o deputado Luis Pereira que esclareceu que não caracterizou a posição de ninguém como sendo absurda, fundamentalista ou ridícula e que, por isso, não gostou que o fizessem relativamente à sua posição.

Uma boa parte dos deputados que intervieram falaram da oferta da cadeira, mas nunca se referiu à oferta da cadeira, o que disse, e é disso que a Moção fala, de uma cerimónia religiosa. Percebe as posições dos deputados da CDU e do PS, porque o PS promoveu, a CDU continuou a fazer uma Romaria que é uma cerimónia religiosa, de alguma forma estão todos comprometidos com esta situação. Também teve o cuidado de dizer que não estava a falar da vida privada de cada um.

Não ouviu o Presidente da Assembleia Municipal intervir, mas ouviu claramente, mais do que uma vez, a pessoa que estava a dirigir a cerimónia chamar o Presidente da Assembleia Municipal, nunca chamou o cidadão Duarte Lynce de Faria, e o Presidente da Assembleia Municipal também o representa a ele.

Relativamente ao que disse a deputada Maria Antonieta Santos, "se for convidada deve ir à igreja..", sugeriu que raciocinassem no campo da cidadania e talvez a deputada percebesse que há muitos indivíduos, cidadãos portugueses que nem sequer têm religião, a quem a religião não interessa nada, que são agnósticos, que são ateístas, esses cidadãos, são cidadãos da sua República, da República Portuguesa, e seguramente esses cidadãos não se vêem nada representados quando um político que eles elegeram está numa cerimónia religiosa. Os representantes políticos não devem intervir em cerimónias religiosas.

Quanto à questão que aquela não foi uma cerimónia religiosa, muito se podia falar, uma vez que é justamente uma área da sua especialidade de formação. Perguntou se não houve um acto religioso, uma bênção, a presença de um sacerdote. Houve, e então estiveram perante uma festa de brincadeira, se esteve lá um sacerdote a officiar, então ele esteve lá a fazer um acto religioso, a partir desse momento houve uma cerimónia religiosa.

Ainda sobre o assunto em debate interveio, uma vez mais, o Presidente da Assembleia para dizer que a pior censura que se pode tomar é a censura de evitar que determinadas pessoas compareçam de forma neutra e isenta a cerimónias que não são religiosas.

Argumentando da mesma forma, o Presidente frisou que estavam ali para discutir política e não para discutir quem sabia de História, e nessa perspectiva, disse que o deputado Luis Pereira estava agarrado aos problemas da 1.ª República, um problema do qual teria que se demarcar, pois passaram 100 anos. As questões que se passaram na 1.ª República e que efectivamente levaram a que a mesma não tenha resultado, foi a confusão do Laicismo, com o respeito pela liberdade de cada um, são duas coisas completamente diferentes, e dentro dessa perspectiva, respeita a posição do deputado, porque é democrata, mas entende que a sua posição foi completamente isenta, embora passível de censura, na perspectiva do deputado Luis Pereira.

Respeita, porque se não o fizesse era ele próprio que estava a por a sua liberdade em causa, coisa que não faz.

A melhor liberdade de todas é o respeito que têm por cada um.

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

### Votação:

Rejeitada, com um voto a favor pelo eleito do BE.

### **MOÇÃO\_C\_CDU**

---

#### **"Em memória da implantação da República**

A memória de um povo é o factor mais importante que caracteriza a sua identidade e a sua cultura.

Assim, não poderíamos deixar passar sem dar um relevo especial ao centenário da sua implantação da República, em Portugal.

Todos os que abraçando o ideal republicano lutaram por esta causa merecem a nossa admiração e respeito.

Em Alcácer do Sal muitos foram os que se bateram pela República. Não vamos citar nomes porque a esta distância podemos correr o risco de esquecer alguns. Todos foram importantes e pertencem ao povo que no seu conjunto abarcou a revolução.

Na Constituição de 1911, foram finalmente abolidos todos os privilégios decorrentes do nascimento e criadas condições para que o mérito pessoal permitisse o acesso à educação e ao emprego, contribuindo para diminuir as assimetrias entre os ricos e pobres. A separação da Igreja, do estado, foi concretizada. O registo civil tornado obrigatório. Na Educação deram-se avanços significativos, erguendo novas escolas e dignificando a classe dos professores.

A proclamação da República Portuguesa foi sem dúvida o primeiro grande marco da causa da Liberdade no Portugal do Séc. XX, apesar dos limites e das incapacidades no cumprimento dos mais puros ideais republicanos que se verificou nos anos seguintes.

Os ideais republicanos aprisionados durante a ditadura fascista (1926/1974), permaneceram vivos na memória do Povo Português como acto de libertação e a comemoração do 5 de Outubro transformou-se em jornada de luta, inserida na torrente que abriu caminho à Revolução de Abril e que finalmente cumpriu os objectivos libertadores que a revolução republicana não soube ou não pôde cumprir.

Dada a proximidade do 5 de Outubro, propomos que, e pé, ovacionemos a República e os seus heróis!

Os deputados da CDU."

#### **(esta moção foi lida pelo 2º secretário da mesa, deputado Luis Pereira)**

Interveio o deputado José Balona para dizer ao deputado Luis Pereira na leitura de qualquer documento se deve abster de fazer comentários e acrescentar coisas que não estão no texto.

Sugeriu também que na altura das Romarias e das festas religiosas, o deputado se deslocasse a Salvaterra de Magos, que é uma Câmara Bloco de Esquerda para ver se lá se abstêm de participar neste tipo de Romarias.

A deputada Nédia Cabecinha Correia disse que a Laicidade que está explícita na Moção é exactamente aquilo que preconizam, a separação da igreja do Estado, não a expurgação da igreja do Estado, as pessoas têm o direito de ser livres por serem religiosas. Nem a República se atreveu nunca a criar uma inquisição, uma coisa é a liberdade religiosa, outra coisa é mandar todos os religiosos para o "diabo".

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

A CDU propõe e preconiza que todas as pessoas possam ser livres por adoptar o credo religioso que lhes convenha e queiram.

Registou-se a intervenção do deputado Luis Pereira que pediu desculpa por algum comentário que tenha feito aquando da leitura da Moção.

Quanto às Romarias em Salvaterra de Magos, julgou que o deputado José Balona se terá enganado e queria falar era em corridas de touros, porque, segundo o deputado Luis Pereira, não há “Bloquista” que participe em cerimónias religiosas.

Quanto ao que disse a deputada Nédia Cabecinha Correia, quando falou em “separação da igreja do Estado”, pareceu-lhe estar a dar sinónimos, disse a mesma coisa em duas frases diferentes. A questão é que o deputado não falou da liberdade religiosa das pessoas, mas sim dos representantes do Estado.

A propósito da Moção, registou a contradição, o ridículo, porque os deputados anteriormente votaram contra a Moção que defende a Laicidade e agora na Moção em análise defender a Laicidade, é uma contradição absoluta nos termos, não se pode votar contra uma coisa e a seguir noutra Moção vir propô-la, é incoerente.

O Presidente da Assembleia disse que são duas coisas completamente diferentes, na primeira Moção o deputado Luis Pereira visava a sua pessoa, e na Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU não visa o comportamento do Presidente da Assembleia Municipal, enquanto a outra fazia uma censura directa. Agradeceu aos deputados terem depositado confiança no seu comportamento. A actual Moção tem a ver com a forma de ver e comemorar a República e com os valores Republicanos.

A questão mais importante do que foi feito com o 5 de Outubro de 1910, foi o respeito pela liberdade dos outros, aliás, como mais tarde veio a ser também com o 25 de Abril, e nestes dois pontos ninguém dá lições a ninguém.

Relativamente à Moção, disse aos eleitos pela CDU, o seguinte: os princípios republicanos cada vez devem estar mais presentes, e têm uma questão muito importante, que é haver a necessidade de passar uma mensagem de solidariedade, sobretudo num período destes. Aí sim, o papel dos deputados, dos Executivos Municipais e das Juntas, são fundamentais para tentarmos suplantar e minorar o problema que têm actualmente, que não é um problema de há 100 anos, é um problema de hoje. As dificuldades, os apoios sociais e as questões do desemprego, são questões de hoje, importa ir para a frente, com os valores que são idênticos aos do passado.

Reviu-se na Moção da CDU, exactamente com o princípio da liberdade que está implícito, e que hoje tem que ser vivido outra vez, indo buscar estes princípios, mas sobretudo tendo em conta o princípio da tolerância e da solidariedade.

### Votação:

Aprovada por unanimidade.

### MOÇÃO D CDU

---

#### **"Em apoio dos agricultores/rendeiros da Herdade da Comporta**

- Considerando que a Agricultura e nomeadamente o sector do Arroz tem um peso determinante no desenvolvimento económico e social do nosso Concelho com reflexos sociais na vida das pessoas.
- Considerando que o processo em curso de actualização ou renovação dos contratos na Herdade da Comporta, deve respeitar os interesses e direitos dos Agricultores/Rendeiros, da economia e desenvolvimento da região.
- Considerando que os Agricultores reclamam por uma nova lei do arrendamento rural e dizem não aos contratos de campanha e reivindicam a opção de contratos de arrendamento rural com a duração de 7 anos e renováveis automaticamente, quando não denunciado por uma das partes.
- Considerando que é inaceitável que se mantenha o preço à produção do arroz mais baixo da Europa, ao mesmo tempo que temos os factores de produção mais altos, o que coloca os produtores de arroz numa situação de iminente falência com todos os prejuízos económicos e sociais daí resultantes.

A Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunida na Comporta no dia 25 de Setembro de 2010 delibera:

- Manifestar o seu apoio à justa reclamação dos Agricultores/Rendeiros por uma nova Lei do arrendamento rural no respeito pelo cumprimento da Constituição da República Portuguesa.
- Apoiar no processo em curso na Herdade da Comporta a reivindicação dos Agricultores/Rendeiros pela opção de contratos de arrendamento rural por 7 anos e renováveis quando não denunciados por uma das partes.
- Apoiar a proposta de preço dos Orizicultores do Concelho e do País de 350€/tonelada.

Os eleitos da CDU."

O deputado Frederico D'Orey pronunciou-se sobre esta questão, e referiu a reunião que houve em Lisboa, a qual, na sua opinião já surtiu algum efeito. Tem verificado, a nível dos supermercados e das áreas comerciais que o arroz Carolino de Alcácer do Sal, já se começou a comercializar a preços que são competitivos com o restante arroz.

Na questão dos arrendatários, e dos arrendamentos, pensa que politicamente é uma questão que deve ser tratada entre os privados, e não com o Município.

O Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que estão a participar numa Comissão que foi eleita na Assembleia, sobre este assunto, e que a actual Moção reflecte, em boa parte, as reivindicações que foram tecidas pela Assembleia e pela Câmara Municipal.

Entende que nunca é demais que este problema volte a ser colocado, e neste caso concreto em prol da população e dos rendeiros da Comporta. Dentro dessa perspectiva, disse que a Assembleia Municipal tomou há cerca de um ano, uma deliberação na constituição de uma Comissão exactamente com este propósito, na defesa da questão do arroz, e que teve possibilidade de integrar nessa Comissão todas as Associações representativas do sector e nessa perspectiva já fizeram várias reuniões.

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

A Moção vem defender basicamente o espírito que todos têm defendido na diversidade, mas com uma ideia comum, a defesa intransigente dos interesses das populações.

Votação:

Aprovada por unanimidade.

### **MOÇÃO/SAUDAÇÃO E CDU**

---

#### **"Pelos direitos dos trabalhadores**

Num panorama em que se acentuam os ataques aos direitos laborais e aos salários dos trabalhadores em geral, sejam do sector privado ou da administração pública, também os trabalhadores da administração local têm razões de sobra para a luta.

No dia 20 de Setembro na greve nacional dos trabalhadores da administração local dissemos não à adaptabilidade dos horários de trabalho que o governo quer obrigar as autarquias a introduzir nos acordos de entidade empregadora; lutámos pela mudança de posicionamento remuneratório de todos os trabalhadores que tenham pelo menos cinco anos com uma avaliação de bom ou equivalente; exigimos salários justos, segurança no emprego, respeito pelos direitos, aposentação digna; defendemos os serviços públicos e combatemos as privatizações.

Uma saudação especial aos trabalhadores da C.M. de Alcácer do Sal que em Julho e Agosto foram obrigados a recorrer à greve em luta pela jornada continua no período de Verão, em resposta à imposição unilateral do executivo de alteração dos horários para os serviços de exterior, com especial destaque para a recolha dos resíduos sólidos urbanos que de uma jornada das 6h às 12h lhes foi imposto um horário das 6h às 14h com uma hora de descanso das 9h às 10h. É com estes horários que melhoram os serviços?

Refere o n.º 2 do artigo 134º do RCTFP: "Na definição do horário de trabalho são prioritários as exigências de protecção da segurança e saúde dos trabalhadores". É com estes horários que a C.M. protege os trabalhadores?

A palavra de ordem é de luta e também estes objectivos estão presentes na manifestação da CGTP-  
IN do próximo dia 29 de Setembro integrado na jornada de luta europeia.

Pelos salários, pelos direitos, pelos serviços públicos, contra o desemprego e as injustiças.

Os eleitos da CDU."

Registou-se a intervenção do deputado Décio Fava, Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, para fazer um agradecimento público aos funcionários da Junta de Freguesia do Torrão e da Câmara Municipal pelo facto de proporcionarem a possibilidade de se efectuar a Feira de Agosto no Torrão que se realizou nos dias 6,7 e 8.

Votação:

Aprovada por maioria com 14 votos favoráveis e 13 abstenções.

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

### RECOMENDAÇÃO CDU

---

“- Considerando a informação e a atitude do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Alcácer do Sal sobre a Festa da Batata-Doce do Carvalhal/Comporta que já vai a caminho da X realização;

- Considerando que a Festa da Batata-Doce nasceu por iniciativa e organização da Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal com o apoio das Câmaras Municipais de Alcácer do Sal e Grândola e das Juntas de Freguesia da Comporta e Carvalhal;

- Considerando que a Festa da Batata-Doce foi desde a primeira hora abraçada e acarinhada pelos Agricultores e pelo povo da Carrasqueira, Possanco, Comporta, Torre, Brejos da Carregueira, Carvalhal e Lagoa;

- Considerando que a festa da Batata-Doce se deve continuar a realizar como desde sempre sobre a responsabilidade da organização da Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal com o apoio das Autarquias;

- Considerando que nada nem ninguém tem o direito de pôr em causa a sua organização e realização com a ameaça e chantagem política de que só haverá apoio à Festa da Batata-Doce desde que a Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal não proceda como habitualmente, no almoço da Festa à intervenção de encerramento sobre a situação Agrícola;

- Considerando que se trata de uma atitude indigna do Portugal de Abril e inaceitável em regime democrático, que nos faz lembrar o antes do 25 de Abril.

A Assembleia Municipal de Alcácer do Sal reunida na Comporta no dia 25 de Setembro de 2010 delibera:

- Recomendar que a Câmara Municipal de Alcácer do Sal à semelhança dos anos anteriores, sem qualquer tentativa de coação e intromissão na Festa da Batata-Doce continue a apoiar nos mesmos moldes a Festa da Batata-Doce do Carvalhal/Comporta que este anos se realiza na Carrasqueira, Freguesia da Comporta.

Os eleitos da CDU."

Registou-se a intervenção da deputada Maria José Martins, Presidente da Junta de Freguesia da Comporta, que informou os presentes que nos últimos anos tem sentido, por parte da Câmara, alguma dificuldade em apoiar a Festa da Batata-doce, o que a deixa um pouco triste. Em relação à realização da festa no Carvalhal, é dentro dos mesmos moldes que na Carrasqueira, e a Câmara de Grândola apoia sempre os agricultores no Carvalhal. Sente que por parte do Executivo da Câmara de Alcácer do Sal não há o mesmo acolhimento, pelo que solicitou ao Presidente da Câmara que pensasse bem neste assunto, de modo a apoiar a Festa da Batata-doce que é muito gratificante para os agricultores.

À deputada Nédia Cabecinha Correia pareceu-lhe, pela recomendação, que haveria da parte do Executivo, um condicionamento no apoio à Festa da Batata-doce, e que o mesmo teria a ver com os promotores fazerem uma intervenção final na festa.

A lógica diz-nos que quem promove alguma coisa é natural que no fim dirija algumas palavras às pessoas presentes, agora não se pode a quem vai falar o que não-de dizer, elas são julgadas por quem as ouve.

Na sua opinião o Presidente da Câmara com certeza que não queria que isso acontecesse, talvez haja um mal entendido, pelo que seria bom que esclarecesse,

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

porque cortar a liberdade de expressão a uma Associação que promove um evento não é de bom-tom.

O Presidente da Câmara disse gostar muito da Festa da Batata-doce, e cada vez que assistia à festa, como autarca, e antes de ser autarca viu venda de batata, viu pessoal a trocar receitas, é uma maravilha, é uma festa, e depois a seguir há um almoço que é um comício, e a Câmara não deve pagar comícios.

Sugeriu que os produtores de batata-doce fossem ter consigo e com a Presidente da Junta de Freguesia da Comporta e organizam uma festa com o apoio destes dois órgãos, onde se compre batata, onde se fale de batata, onde se troque ideias de como produzir e cozinhar batata, mas onde não seja uma qualquer Associação que ninguém sabe de onde vem e que aparentemente não tem nada a ver com a festa e que está lá por outras razões, ou seja, para fazer comício.

Dito isto, propôs que os agricultores de batata-doce solicitem a colaboração da Câmara e da Junta de Freguesia que os representa e não da Associação de Agricultores.

Interveio a deputada Nédia Cabecinha Correia para perguntar a que é que o Presidente da Câmara se referiu quando falou numa Associação que ninguém sabe de onde vem. Trata-se da mesma Associação que se falou na Moção apresentada anteriormente e que representa de facto os interesses dos agricultores da zona. Se foi a esta Associação que se referiu, então é legítima representante dos agricultores da zona, quer o Presidente goste deles, ou não, mas tem que os respeitar, porque são aqueles que os agricultores escolheram para seus representantes. Foram eles que sempre promoveram as festas da batata-doce, isso também é um facto que o Presidente tem que aceitar.

Que no final da festa falem de política agrícola, é normal, são representantes de uma Associação de Agricultores, se lá falarem do que está mal em função da agricultura, é normal, não vê no que é que isso vai ofender ao Presidente em particular.

O deputado Paulo Guerreiro ficou muito sensibilizado com as preocupações do Presidente da Câmara em relação à imparcialidade em actos públicos e nos apoios da Câmara. Solicitou que fosse coerente com as suas palavras, referindo-se a um facto que se lembrou, na primeira sessão desta Assembleia Municipal, em que teve um discurso que não foi de Presidente da Câmara, não foi de representante dos Alcacerenses, foi um discurso única e exclusivamente como dirigente do PS, que tem todo o direito de o ser, tem todo o direito de fazer uso das suas opções, mas em plena Assembleia e no momento em que se estava a tomar posse, não foi coerente. Sugeriu que o Presidente olhe também para os seus actos e assim dignifique o trabalho dos deputados.

Registou-se a intervenção da deputada Luzia Maria Maurício que perguntou ao Presidente da Câmara se não considera que condicionou o apoio a uma festa que é organizada por uma Associação legalmente constituída, legalmente representativa dos agricultores, e se condicionar o apoio a essa organização, não configurará uma ingerência na vida interna dessa Associação.

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

A Câmara por apoiar determinada Associação não tem o direito de se imiscuir na vida interna das Associações.

Propôs ao Presidente da Câmara, se de facto o que o incomoda é a situação de que os agricultores, os representantes dos agricultores presentes na festa falem da situação da agricultura, que proponha um debate sobre essa situação no momento actual, e eventualmente até será mais um momento atractivo para a Festa da Batata-doce, aquele momento de discussão em que o Presidente também poderá participar defendendo as posições do Ministério da Agricultura como lhe pareceu estar preocupado.

Referindo-se também à Festa da Batata-doce, interveio o deputado José Balona para dizer que de facto a festa tem tudo o que o Presidente falou, mas há também os agricultores que não são batatas, são pessoas, pessoas com problemas, e há uma Associação que os defende, e nada mais normal que no fim do convívio haja um debate sobre os problemas, é normal. De facto a Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal não é “caída do céu”, está inclusive junto com a Câmara e com a Assembleia Municipal numa Comissão da defesa dos agricultores, já reuniu com o Governador Civil e com o Ministro.

Na opinião da deputada Maria Antonieta Santos, para o Presidente da Câmara não pode haver pessoas que discutam determinados assuntos e que estejam contra aquilo que idealizou, porque senão termina logo com tudo. Isto é uma atitude antidemocrática, e o PS não tem essa atitude de certeza absoluta.

### Votação:

Aprovada por maioria, com 14 votos a favor, 12 abstenções e um voto contra.

Voltou a intervir a deputada Maria Luzia Maurício para apresentar uma cópia de um abaixo-assinado dos moradores do Bairro do Laranjal, anteriormente dirigido à delegada de saúde do Concelho. Solicitou que o Presidente da Assembleia recomendasse ao Executivo da Câmara as preocupações da população expressas no documento. As preocupações são relativamente a uma situação de infestação dos esgotos pluviais e domésticos por algumas pragas de parasitas que sobretudo na época de maior calor têm infestado aquela zona da cidade.

Aguarda que a Câmara Municipal tome as medidas devidas para promover a desinfestação dos esgotos. (procedeu à leitura do documento referido)

## **ORDEM DE TRABALHOS**

---

### **1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES REALIZADAS EM 11/05/2010 E 19/06/2010;**

Foram presentes para apreciação e votação, as actas supra referidas, que aqui se dão como transcritas, ficando arquivadas em pasta anexa ao livro de actas, das

mesmas fazendo parte integrante. A sua leitura foi dispensada em virtude dos seus textos terem sido previamente distribuídos a todos os membros.

### **DELIBERAÇÃO:**

**AS ACTAS DAS SESSÕES REALIZADAS EM 11/05/2010 E EM 19/06/2010 FORAM RETIRADAS DA ORDEM DE TRABALHOS.**

### **2 – ACESSIBILIDADES, CIRCULAÇÃO VIÁRIA E URBANISMO (TOPONÍMIA E SINALÉTICA, RUA DO COMÉRCIO, CICLOVIA DE ACESSO À PRAIA, ESTACIONAMENTOS, ESPAÇOS PÚBLICOS, PAVIMENTAÇÃO, PARQUE DE MERENDAS, LARGO DO MERCADO E CAIS PALAFÍTICO);**

A fim de expor os pontos referidos, interveio a deputada Maria José Martins, Presidente da Junta de Freguesia da Comporta. Começou por solicitar ao Executivo informação sobre a situação dos nomes das ruas da Carrasqueira, uma vez que no passado mandato foi iniciado um processo muito bem conduzido, tanto pela Junta de Freguesia da Comporta, como pela Câmara Municipal, mas daí a esta parte tem levado algum tempo para a sua finalização.

Quanto à sinalética geral da Freguesia foi feito um trabalho em conjunto com a Câmara, com o Comandante da GNR e com a Junta de Freguesia, e sabe que o assunto já foi a reunião de Câmara e que foi aprovado.

Relativamente à rua do Comércio, foi fechada a título experimental de 15 de Junho a 15 de Setembro, também em sintonia com a Câmara e com a GNR no sentido de melhorar toda a circulação daquela zona em especial no período de Verão que é mais complicado. Apresentou este *item* com um pedido de resolução rápida, necessária não só em termos da circulação ser facilitada, como para facilitar as cargas e descargas de mercadoria dos comerciantes.

Atendendo ao facto da Junta de Freguesia ser muitas vezes questionada sobre os acessos à praia através de uma ciclovia, questionou o Executivo sobre este assunto. Em relação aos estacionamentos referidos, estão inseridos no processo da sinalética da Freguesia, mas referiu alguns espaços vazios que poderiam avançar como estacionamentos antes de iniciarem o processo, uma vez que actualmente dispõe de pessoal disponibilizado pelo IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional que também poderiam colaborar na colocação de “is”.

Referiu ainda um espaço que se encontra vazio e que está a servir como lixeira, o que dá muito mau aspecto, fica localizado em frente à Junta de Freguesia, perguntou se a Câmara tem algum projecto para aquele local.

Quanto ao parque de merendas, tem sido limpo, mas não tem sofrido reparações porque a Junta desconhece o proprietário do espaço. Se o local pertencer à Câmara, haverá a possibilidade de melhorar o espaço, se pertencer à Atlantic Company, então terão que ver outro local viável para o parque de merendas.

O mesmo se passa com o mercado municipal, desconhece o local definitivo onde poderá ficar instalado.

Na Carrasqueira, o problema que se coloca mais premente é a reparação do cais palafítico e toda a zona envolvente. Pretende que a Câmara, em conjunto com os pescadores continuem a manter o tabuado, no sentido de não deixar que o espaço seja destruído, de forma a quando se fizer uma intervenção mais profunda os custos não sejam mais elevados, para além de diminuir o acesso dos pescadores. Na zona envolvente seria bom que houvesse um projecto que incluísse casas de banho, contentores para depósito de todo o material usado pelos pescadores e iluminação.

O deputado José Balona referiu a realização das Assembleias Municipais descentralizadas às Freguesias do Concelho, no sentido de ouvir as populações e também visitar os locais de modo a ter uma percepção mais realista dos seus problemas. Antes da actual sessão fizeram uma visita pela Carrasqueira, passaram pelo Possanco e estiveram nos Brejos da Carregueira, e fez questão de lamentar a ausência de qualquer Membro do Executivo a tempo inteiro a acompanhar os deputados durante a visita. Seria bom que pelo menos um dos eleitos estivesse presente, o que não aconteceu. Frisou ainda que foram acompanhados por dois dos Vereadores da CDU durante a visita referida.

O Presidente da Assembleia explicou que houve alguns atrasos, algumas impossibilidades por parte dos Vereadores, mas que na parte final houve um dos Membros do Executivo que os acompanhou. Referiu alguns aspectos que viram durante a visita, tiveram uma ligação com a Presidente da Junta de Freguesia da Comporta, e designadamente na área do cais palafítico e da zona envolvente, na questão da parte da delimitação do parque infantil na Carrasqueira. Estiveram activos e naturalmente na colaboração com isso puderam ver *in loco* todas as situações.

Interveio o deputado Luis Pereira que considerou muito prementes as questões colocadas pela Presidente da Junta de Freguesia da Comporta.

Salientou a questão da ciclovia de acesso à praia, não que seja mais premente que as outras, mas pareceu-lhe que poderia ir mais longe. A ciclovia é importante para se conseguir um acesso seguro à praia, porque neste momento o acesso é até perigoso. Muitas das bermas estão ocupadas pelos carros, portanto quem se quer deslocar para a praia tem que andar pela estrada. Na sua opinião a ciclovia poderia ser pensada como uma estrutura com interesse turístico, talvez devessem pensar numa ciclovia que ligue a Comporta à Carrasqueira, que faça esse circuito, e uma estrutura que não implica um grande investimento, mas do ponto de vista turístico, numa altura em que os desportos estão cada vez mais em voga, pode de facto ter muito interesse.

Na opinião da deputada Maria Antonieta Santos, a ciclovia não só deveria ir em direcção à praia da Comporta, mas também abranger as outras praias, partindo da Comporta, indo até à Tróia, ligando até Alcácer do Sal.

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

Há vários grupos de ciclistas em Alcácer do Sal, e conhece várias pessoas que já caíram por falta de condições para circular na estrada. Era interessante ligar Alcácer do Sal a Grândola, talvez através de uma parceria.

O deputado Paulo Guerreiro disse que estas questões sobre a ciclovia já foram abordadas no passado, nomeadamente a ligação de Alcácer do Sal à Comporta ou a Grândola. Propôs que esta questão não fosse vista isoladamente, mas de uma forma integrada, numa visão de desenvolvimento para o Concelho, abordando o PDM de forma a adaptá-lo à realidade actual. Tendo em atenção que o PDM tem 16 anos, é inevitável que não esteja adequado, e há que fazer, há que modernizar, isso é uma das ferramentas para manter a competitividade na sociedade actual.

O Presidente da Assembleia acrescentou que vai ser obrigatória a revisão do PDM, uma vez que já foi aprovado o PROTAlentejo, coisa que não estava. É também importante reconhecer que há que seguir metodologicamente o melhor processo, sendo certo que todas as ideias do passado, hoje, renascem com mais força.

Sobre o mesmo assunto, voltou a intervir o deputado Luis Pereira que considerou de facto as ciclovias muito interessantes, mas há que ver o que é praticável, daí que se calhar valha a pena pensar numa ciclovia Alcácer/Comporta, e nesse sentido ficou contente por se ter tornado uma proposta que já não é só do BE, mas que é partilhada por muitos dos deputados da Assembleia.

Em resposta às questões colocadas interveio o Presidente da Câmara que se dirigiu à deputada Maria Antónia Mendes para lhe dizer que exige respeito, que não gostou que o acusasse de anti democrata. A deputada não esteve presente na sessão a que se referiu, pelo que não percebeu que o Presidente se limitou a cumprir a Lei. Na Assembleia anterior à referida tinha havido um problema com a intervenção dos Membros permanentes do Executivo e o Presidente combinou com o Vereador António Balona que já não iria haver mais intervenções.

Sobre a questão da toponímia, está estabelecida, falta só a questão das placas. Quanto à sinalética, é da opinião que deve ser a Junta de Freguesia junto com os comerciantes a reunirem-se e a estabelecerem um plano de sinalética.

A circulação na rua do comércio, pensa que foi um sucesso, o executivo ouviu os comerciantes, todos gostaram, e houve até a hipótese de a manterem fechada e depois mais tarde fazerem um plano de arranjos exteriores para que aquela rua passasse a ser só uma rua de peões com acessos para cargas e descargas.

Sobre a ciclovia, há uma questão muito prática, é que aquela obra é muito cara, terá que ser candidatada, mas é imprescindível. Já falou sobre o assunto com o Presidente da Câmara de Grândola e gostaria de a ver realizada o mais rapidamente possível.

Em relação aos estacionamento, mostrou uma planta síntese do loteamento da Comporta, onde estão assinalados alguns dos estacionamento previstos para aquela localidade.

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

Relativamente ao parque de merendas, está num terreno pertencente à Herdade da Comporta e já sabe que haverá alterações no local. O mercado municipal também irá ser instalado noutra local mais a nascente.

O cais palafítico da Carrasqueira foi arranjado o ano passado, tal como o cais da Comporta também foi beneficiado, no entanto é um local que merece uma obra à altura.

A Vereadora Isabel Vicente esclareceu que o que está aprovado para a Comporta quanto à sinalética e à toponímia já está no aprovisionamento para que sejam compradas as placas para colocar nas ruas. Em relação à toponímia da Carrasqueira e de Brejos da Carregueira, esse plano ainda não foi aprovado, no entanto irá já à próxima reunião de Câmara.

Em relação ao parque de merendas, como o Presidente disse, o terreno pertence à Herdade da Comporta, e soube que em reunião com a Presidente da Junta de Freguesia, que já tinham mais ou menos visto qual seria o procedimento, que seria a limpeza do local, não manter lá as mesas e bancos e fixar o parque de merendas em frente ao Centro Paroquial, que é exactamente onde funcionam as feiras e mercados.

Estas alterações estão contempladas na revisão do Plano de Urbanização da Comporta, e quando houver a discussão pública faz questão de mostrar à população as principais alterações, porque vai beneficiar algumas zonas, nomeadamente a área de implantação de algumas moradias vai aumentar, o que vai permitir regularizar uma série de questões que não estão dentro da legalidade. O Plano de Urbanização foi submetido ao parecer da CCDRA, espera que sejam céleres para que pelo menos até ao final do ano, tenham o plano para ser aprovado e assim resolver muitas questões que afligem os moradores da Comporta.

Quanto à sinalética, o ano passado acompanhou todo o procedimento, tinha a ver com as candidaturas PROMAR, tinha como principal objectivo financiar as actividades piscatórias, e uma das principais actividades com mais peso na Carrasqueira é a actividade piscatória, fizeram uma série de reuniões com os pescadores para ver, em primeira mão quais seriam as principais necessidades, para que numa lógica de colectivo pudessem fazer um projecto que satisfizesse toda a comunidade piscatória.

Na altura, até aconselharam, para que fosse mais fácil, que os moradores formassem uma Associação local para que assim interagissem mais de perto e que a Câmara pudessem ter outro acompanhamento no processo.

Em relação ao PROMAR, é um apoio em que foram aprovados, para a zona do Alentejo Litoral, 1.400.000,00 euros, o que vai ser dividido por uma série de 3 Concelhos do Litoral e vai até Aljezur. Informou que os concursos iriam abrir no início de Outubro e que se prolongariam até dia 31 do mesmo mês. A ADL esteve lá representada para esclarecer alguns pescadores, e irá fazer o acompanhamento das candidaturas, a comunidade vai ter que eleger o que pretende para o local, e a Câmara Municipal vai apenas servir de interlocutora e de intermediária, porque as entidades responsáveis daquele espaço são a RNES – Reserva Natural do estuário

do Sado, a Herdade da Comporta e a Doca Pescas, só com o consentimento destas entidades podemos ter ali algum projecto que depois possa avançar. Neste sentido, voltou a apelar à união da população para que vissem realmente o que seria mais importante para aquela zona. Foram feitas melhorias no cais palafítico o ano passado, que orçaram os 20.000,00 euros, mas não foi suficiente, porque aquele espaço precisa de uma requalificação profunda, e os pescadores precisam de ver a sua actividade dignificada.

Relativamente ao abaixo-assinado que deu entrada na Mesa com data de 30 de Junho sobre a questão da desinfestação, o Vice-Presidente, Hélder Serafim esclareceu que a Câmara já tinha conhecimento desse documento porque a delegada de saúde entrou em contacto com o Executivo de imediato. Antes disso a Câmara já havia feito desinfestação e à *posteriori* à entrada desse documento já fez um reforço e a última que foi feita já foi na última semana, entre as datas de 20 a 22 de Setembro, dia 20 foi no Torrão, dia 21 na Comporta e dia 22 foi em Alcácer do Sal, e na próxima semana irão fazer a desratização. Se não ser o suficiente, voltarão a fazer as vezes que forem necessárias.

A deputada Maria Luzia Maurício disse que a informação que lhe chegou foi de que a desinfestação feita não foi suficiente, o problema mantém-se, se eventualmente houve alguma melhoria foi porque o tempo refrescou um pouco à noite.

O Vice-Presidente continuou a sua intervenção e disse, relativamente à sinalética que tentaram criar o melhor plano possível para a Comporta, já foi aprovado pela Câmara, estão só a aguardar a aprovação da Assembleia para ser implementado. Em relação ao espaço público em frente à Junta de Freguesia informou que no âmbito do Protocolo que a Junta assinou com a Câmara, no art. 3º, permite criar e manter alguns espaços, neste caso a Junta tem autonomia suficiente para criar ou fazer a manutenção dos espaços que referiu. Houve realmente algum atraso na entrega dos materiais que foram solicitados, tiveram que adquiri-los para todo o Concelho, mas já tinham começado a chegar e já estavam a ser entregues. A Câmara Municipal está disponível para colaborar com as Juntas de Freguesia na entrega de material e em parceria avançarem com certos trabalhos aos quais a Câmara não consegue dar resposta, em alguns casos devido à sua distância e noutros por falta de mão-de-obra.

Registou-se a intervenção da deputada Maria Antonieta Santos que falou sobre o facto de se verem muitas auto-caravanas a circular pelo Concelho. Elas são sustentáveis, mas têm que ter pontos de apoio eléctricos, água e esgoto, e embora existam estas condições no Parque de Campismo Municipal, parece-lhe que se deveriam criar condições noutros pontos da cidade, principalmente na margem sul do rio Sado, onde se vêem dezenas de auto-caravanas paradas.

Sobre as ciclovias, sabe que são muito caras, mas se a Câmara não tivesse destruído todas as estruturas que havia no projecto de mobilidade, onde eram incluídas as ciclovias, já ficaria menos dispendioso.

Interveio o deputado Leonardo Jacinto que gostaria de ver na Carrasqueira e na Comporta passagens para peões, sinais de trânsito na Carrasqueira, que também

não tem acessibilidade ao cais palafítico, um dos locais mais visitados do Concelho e onde os acessos não estão nas melhores condições. O cais palafítico foi recuperado o ano passado, mas o Inverno foi rigoroso, e há lá uma ponte de amarração que se não for recuperada acaba por ser destruída. A parte da iluminação também devia ser melhorada, e a limpeza do espaço, com boa vontade de todos consegue-se fazer algo apresentável. Informou que estava lá há 2 /3 meses uma carrada de pó de pedra, que já deva ter sido espalhada, uma vez que a época de chuvas se está a aproximar. Lembrou que para além das entidades responsáveis por a zona do cais palafítico referidas pelo Vereador, há outra entidade, talvez a que tem mais peso, que é a APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra.

A deputada Nédia Cabecinha Correia lembrou que a Carrasqueira, principalmente pelas suas características de povoação piscatória e ao mesmo tempo agrícola, e com as suas características de habitação e o seu cais palafítico representa do ponto de vista turístico - cultural uma realidade que devia ser mantida e melhorada. É muito importante que estas comunidades que são identificadas pelas suas características e que chamam determinado tipo de turismo, possam ser acarinhadas não pelos seus habitantes, mas também pelas Autarquias que têm obrigação de as manter. Fez votos para que essa zona seja substancialmente melhorada sem que as suas características objectivas sejam abandonadas ou transformadas noutra coisa qualquer. É essa população. É essa gente com a sua forma de viver que constituem o atractivo turístico da região.

A Presidente da Junta de Freguesia da Comporta, deputada Maria José Martins, disse ao Presidente da Câmara que a rua do comércio voltou a abrir porque o que tinha ficado acordado era que o fecho da rua seria entre 15 de Junho e 15 de Setembro deste ano. Terminado o tempo oficialmente acordado, a Junta retirou de lá as baias, até porque a competência de fechar ou abrir ruas, é da Câmara, mesmo com a concordância da Junta.

Quanto ao espaço vazio em frente à Junta de Freguesia, esclareceu que para a Junta tratar de algum espaço da freguesia, têm que saber sempre através da Câmara a que é que o espaço se destina, se está, ou não algo projectado para o mesmo, não vão tomar a iniciativa sem ter essa informação.

Interveio o Presidente da Assembleia Municipal para fazer um ponto de situação, relativamente às respostas pendentes.

O deputado José Balona informou que quando chegaram à Carrasqueira, foram abordados por um habitante que lhes chamou a atenção para a existência dum poste eléctrico, onde várias viaturas já bateram, e que está à entrada da localidade, do lado esquerdo, junto aos primeiros estacionamento.

Em relação ao cais palafítico, e quanto à questão do PROMAR, segundo sabe, tem a ver com uma vertente mais turística, mas de qualquer forma todo o que se poder aproveitar é bem-vindo para o Concelho. O seu receio é que até conseguirem esses investimentos ainda vai demorar bastante tempo, e para além das grandes melhorias que possa proporcionar, nessa altura já não têm lá barcos, porque a legislação que está a sair vai tornar a vida dos pescadores e dos agricultores muito

difícil. Há pessoas na Comporta e na Carrasqueira com graves problemas e que devem ser ajudadas.

O Presidente da Assembleia explicou que o PROMAR tem vários eixos, e deu como exemplo a celebração de um contrato ao qual assistiu e que tinha a ver com aquacultura.

O Vice-Presidente, Hélder Serafim informou que o poste de que falou o deputado José Balona não pertence à EDP, mas sim à PT, a Câmara já efectuou o pedido de remoção há algum tempo.

Em relação à questão da sinalização da Carrasqueira, disse que se a junta de Freguesia não se importar, proporia que utilizassem o mesmo método utilizado com o plano de sinalização da Comporta, e então passavam para o da Carrasqueira, em que o técnico será o mesmo.

Ainda em relação às ciclovias, concorda que se avance, mas com muita cautela, pois têm um custo bastante elevado.

### **DELIBERAÇÃO:**

#### **FORAM ANALISADOS E DISCUTIDOS OS PONTOS REFERIDOS.**

### **3 – SANEAMENTO E INFRAESTRUTURAS GERAIS (ESGOTOS, RECOLHA DO LIXO E LAVAGEM DE CONTENTORES, ETAR, LIMPEZA DE FOSSAS SÉPTICAS, ABRIGO NA PARAGEM DE AUTOCARRO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA);**

Sobre os pontos em referência pronunciou-se a Presidente da Junta de Freguesia da Comporta que se referiu aos esgotos na zona do antigo restaurante “Bom Jardim” e da papelaria, toda a zona envolvente tem graves problemas, tem que ser limpo com frequência e o cheiro também é muito desagradável. Sabe que é um problema um pouco difícil de resolver, mas talvez seja uma questão de tempo e de se projectar no sentido de resolverem aquela situação problemática.

Quanto à recolha do lixo e à lavagem dos contentores, pensa que é uma situação que acontece em todo o Concelho, no período de Verão principalmente, as coisas complicam-se. Já teve resposta da Câmara relativamente a esta situação que vão tentar melhorar, no sentido do serviço ser feito com mais frequência.

Perguntou quando é que vão ter uma ETAR na Comporta, que é esperada há muitos anos.

No que respeita às fossas sépticas da freguesia, têm um protocolo com a Câmara, fizeram algumas reuniões e sugeriram que as mesmas constassem desse protocolo. Estão à espera de nova reunião para ver se conseguem incluir isso no protocolo, porque tem trazido graves problemas para a população que tem dificuldade em pagar as despesas desse serviço.

Solicitou a colocação de um abrigo junto à paragem de autocarro na estrada Nacional, que vem na sequência de vários pedidos, inclusive há um cidadão com algumas dificuldades motoras que já o solicitou diversas vezes. Essa matéria não é da competência da Junta, pelo que já fizeram chegar esse apelo à Câmara para que isso possa acontecer.

Falou ainda da iluminação pública da freguesia, e esclareceu que algumas deficiências que vão surgindo, a Junta de Freguesia vai conseguindo resolver, no entanto, questionou o Executivo no sentido de esclarecer a população para quando está prevista a iluminação das várias ruas que estão completamente às escuras.

Interveio o deputado Paulo Guerreiro que abordou a questão da ETAR de Alcácer do Sal, e lembrou que em Julho teve uma reunião em que esteve presente o Vice-Presidente, Hélder Serafim, e onde disse que a decisão a adoptar para a ETAR ainda não estava tomada, mas quando saiu dessa reunião, viu que numa Folha de Alcácer vinha anunciada a solução para a ETAR de Alcácer do Sal, com um facto que lhe pareceu consumado. Pensa que a importância que isso tem para o Concelho justificava algum debate.

A solução que aparece descrita na Folha de Alcácer passa por bombear todos os esgotos que vão em direcção ao rio para a ETAR Norte, que fariam as adaptações e alterações necessárias para comportar o volume dos esgotos/resíduos. Se querem resolver um problema ambiental que é provocado pelas águas residuais, ao fazer esse sistema de bombeamento, e é um sistema extremamente caro, vão andar a bombear todos os esgotos para depois quando chegam ao Bairro de São João (ETAR) e serem tratados, descerem outra vez para o rio.

Provavelmente esta é uma solução mais económica para as Águas de Portugal em termos de investimento, mas tem um custo, e o custo irá ser pago por todos os municípios numa factura diária de bombeamento de esgotos, e essa factura é eterna, ou até construir a outra ETAR, que não deve ser fácil. Essa factura ao fim de um tempo, vai de certeza ser superior aos custos de investimento, mas acredita que as Águas de Portugal também não querem investir muito neste momento, por vários motivos.

Recomendou que fosse agendado um período em que para além de facultarem o ante-projecto da ETAR aos deputados, que possa haver uma discussão e que haja uma análise concreta, porque lhe parece que o que está a acontecer é que para terem um investimento inicial mais reduzido, vão hipotecar o futuro com uma factura de energia eléctrica para bombeamento de esgotos, e uma factura de manutenção que não é de todo desprezável, e que terá a duração que tiver a ETAR que está no Bairro de São João. Continuou sem entender qual a razão, em concreto, que impede a construção da ETAR na Ameira, conforme estava previsto.

Registou-se a intervenção do deputado Luis Pereira que perguntou ao Executivo porque é que a solução da ETAR foi abandonada, e porque é que foi adoptada uma outra que tecnicamente é inferior e implica mais custos.

Pareceu-lhe que a questão não é técnica, mas sim política. Leu o protocolo que o Município de Alcácer e outros, estabeleceram com as Águas de Portugal, e desse protocolo resulta que a intervenção do Município é mínima.

Na sua opinião, a solução que o Município apresentou na Folha de Alcácer é uma solução que não resultou de uma escolha técnica do Município, que não resulta da sua capacidade de decisão. Lendo o protocolo, o que se percebe é que esta solução, provavelmente, terá sido imposta, e a margem do Município para debater, ou rebater, é mínima.

O importante é debater o protocolo e ver para onde é que remete, isso leva-o justamente para a ETAR na Comporta, onde a questão será a mesma. Perguntou que resposta poderá ter o Município, qual é a margem de manobra. Provavelmente muito pouca, provavelmente, tal como em Alcácer, o Município vai ter que se limitar a aceitar a solução que lhe for imposta. Pediu esclarecimentos sobre o facto das bocas-de-incêndio instaladas na Comporta não estarem a funcionar.

Complementando a intervenção do seu colega deputado Luis Pereira, o deputado Paulo Guerreiro perguntou ao Executivo se a falta de margem de manobra pode influenciar na solução técnica para a ETAR, e sobre os custos acrescidos que podem derivar dessa solução, se esse aspecto tem alguma relação com o facto do preço da água no Município ter subido 11%. Subiu 6% de 2008 para 2009, e 5% de 2009 para 2010, estas contas não contemplam o preço do último escalão que é para consumidores com mais de 50 m<sup>3</sup>, que já são uma franja substancial da população.

Perguntou ainda se a estratégia da Câmara é continuar a praticar estes preços no consumo da água e se há alguma relação entre o aumento de 11%, em 2 anos, com os custos acrescidos para uma ETAR, ou para o que quer que seja.

O Vice-Presidente, Hélder Serafim esclareceu que a zona do antigo restaurante “Bom Jardim” referida pela Presidente da Junta de Freguesia da Comporta, é o local onde actualmente desaguam todos os esgotos da Aldeia da Comporta. A tubagem está numa zona de maré, onde as marés sobem e descem, o que muitas vezes faz com que em alturas em que a maré está alta, o esgoto não sai, o que faz com que naquela zona tenha tendência a subir, tal como a Presidente da Junta frisou. É um problema que não é de fácil resolução, só será resolvido com a construção da ETAR e das respectivas estações elevatórias, para bombear o esgoto para a respectiva ETAR.

Em relação à recolha do lixo, neste momento os meios de que a Câmara dispõe são limitados para todo o Concelho, estão a arranjar forma de reforçar o serviço no período do Verão, na Freguesia da Comporta particularmente. A lavagem dos contentores, é um problema de todo o Município, e não só, todos os Municípios pertencentes à AMLA estão com o mesmo problema, que há algum tempo que tentam resolver, mas sobre o qual ainda não chegarão a um acordo.

Relativamente à ETAR, o seu projecto, tal como das estações elevatórias, já existe, a ETAR da Comporta contempla Comporta e Torre, está previsto ficar localizada a meio das duas localidades. Não se justifica ter duas ETAR'S.

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

Sobre as fossas sépticas, não vê objecções em passar essa responsabilidade para a Junta de Freguesia, desde que a Junta tenha meios para cumprir a legislação em vigor para a execução desse trabalho.

Quanto ao abrigo junto à paragem de autocarro, a ordem de trabalho para sua execução já está com a equipa de serralharia da Câmara. O local fica junto a uma Estrada Nacional, e para ser colocado é necessária autorização do Instituto de Mobilidade de Transportes Terrestres, estão à espera da autorização final para o colocar.

Considerou a iluminação pública um problema um pouco mais difícil de resolver, uma vez que compete à EDP a sua resolução. Um dos pedidos que a Junta de Freguesia da Comporta fez em relação à iluminação pública foi para o Cambado, e têm a resposta de que a vão executar.

Em relação às outras questões sugeriu que a Junta faça chegar à Câmara um pequeno levantamento que remeterão à EDP, a EDP com base nesse levantamento, enviará à Câmara um Orçamento, será uma questão de apurarem os custos respectivos para a execução dos trabalhos.

Discordou do deputado Paulo Guerreiro, relativamente à ETAR de Alcácer do Sal, o Município tem todas as condições para não aceitar, se entender que não é a solução ideal. Os interlocutores, tanto da Câmara, como das Águas do Alentejo, dizem que a solução apresentada é a melhor, bombear os esgotos para o Bairro de São João, requalificar a ETAR Norte para ficar em condições para tratar todos os esgotos da cidade, primeiro porque é mais rentável, segundo pela facilidade de licenciamento. Pessoalmente preferia que a ETAR fosse construída na Ameira.

Em relação aos preços da água, disse que a tarifa está pré-estabelecida em Regulamento Municipal, o Regulamento diz que o preço da água oscila conforme o valor do salário mínimo nacional, é com base nisso que os preços têm subido.

Voltou intervir o deputado Luis Pereira, e salientou que infelizmente já não estão no campo da técnica, mas sim da política, e que a questão tem a ver com a capacidade de intervenção do Município. Discordou do Vice-Presidente relativamente a esta matéria e espera que um dia possam discutir detalhadamente o protocolo, onde o Executivo terá oportunidade de verificar que o mesmo será prejudicial a todos durante muito tempo.

Intervieram o deputado José Balona e o Presidente da Assembleia Municipal.

O deputado Paulo Guerreiro acrescentou, sobre a ETAR, que não duvida que eventualmente a solução apresentada possa ser a melhor. Sugeriu que mostrassem os dados, os factos, a análise comparativa com a solução da ETAR na Ameira, de modo a provarem que é uma solução vantajosa, não a curto prazo, mas a médio prazo.

Não se pode conduzir os actos em função daquilo que é mais fácil, se for melhor para o Concelho deve fazer-se de uma forma concreta e objectiva, ser mais difícil ou mais fácil não é um argumento.

Perguntou sobre a ETAR da Comporta, e o facto de contemplar também a Torre, atendendo que são 2 Kms, os esgotos necessitam sempre de energia para lá chegar, o que traz sempre custos adicionais, se não ficaria mais barato uma ETAR compacta na Torre, do que bombear esgotos para a Comporta.

Quanto à justificação para o aumento do preço da água, o Regulamento tem um autor, e tem um responsável que o pode rever e adaptar. Realçou que neste momento a água está a subir a um preço muito acima da inflação, associado a isso têm uma situação de crise económica e financeira que afecta a todos os sectores, inclusivamente a Câmara, de qualquer forma, esta poderia ser uma medida que poderia ter sido contemplada no Plano Salacia.

### **DELIBERAÇÃO:**

#### **FORAM ANALISADOS E DISCUTIDOS OS PONTOS REFERIDOS.**

A Presidente da Junta de Freguesia da Comporta, deputada Maria José Martins, esclareceu que o levantamento dos problemas com a iluminação pública na Comporta já havia sido feito o ano passado, mas que poderiam fazer outro e enviar à Câmara.

O Vice-Presidente explicou que os ofícios enviados à Câmara pela Junta de freguesia da Comporta sobre este assunto, falavam em situações pontuais e foram remetidos à EDP, referia-se a um levantamento mais exaustivo.

#### **4 – INFRAESTRUTURAS ESCOLARES E DESPORTIVAS (TRANSFERÊNCIA DE ALUNOS PARA O NOVO CENTRO ESCOLAR, CAMPO DE FUTEBOL E POLIDESPORTIVO NA COMPORTA E PARQUES INFANTIS);**

A fim de expor os pontos supra referidos, interveio mais uma vez, a deputada Maria José Martins, Presidente da Junta de Freguesia da Comporta, que manifestou o seu contentamento pelo facto de terem um Centro escolar novo na Freguesia, no entanto o início do ano lectivo na Comporta não foi o melhor, a transferência dos miúdos do pré-escolar e do 1.º ciclo da Carrasqueira para a Comporta, não foi bem sucedida.

Quanto aos espaços desportivos, ficou tudo muito apertado junto à Escola, o aceso ao Polidesportivo e ao campo de futebol não são os melhores, e o último necessita de obras.

Mostrou-se satisfeita porque se juntaram um grupo de jovens, que inclusive já reuniram com a Junta de Freguesia e com a Direcção do Clube, no sentido de organizarem jogos de futebol na Comporta, daí necessitarem de instalações em condições para os receberem.

Sobre os parques infantis, perguntou a quem pertence o espaço do parque infantil da Comporta. O parque não está em condições para as crianças e gostariam de fazer melhoramentos. Quanto ao parque infantil da Carrasqueira, sente-se um pouco triste porque após o Executivo da Câmara dizer que disponibilizaria o terreno,

a Junta assumiu a compra do equipamento e toda a construção do parque, só faltava a técnica delimitar a área a utilizar. Há dias receberam um ofício da Câmara que a levou a questionar a posição do Executivo (procedeu à leitura do ofício referido). É claro que se a Junta tem insistido para que a Câmara disponibilize um espaço para fazerem o parque infantil e possivelmente outra estrutura que possa dar resposta às crianças da Carrasqueira é porque se pode considerar prioridade, até porque as crianças não têm nenhum espaço onde brincar.

Perguntou ainda o que é que a Câmara pretende fazer com os edifícios das Escolas que fecharam.

Registou-se a intervenção da deputada Nédia Cabecinha Correia, que historiando um pouco para alguns anos atrás, disse que a grande ambição da população da Comporta sempre foi ter uma Escola que desse resposta ao 1.º, 2.º e 3.º ciclos. Isso foi negociado, tendo em conta que se tratava de uma Freguesia em crescimento e não em decréscimo de população, foi falado com o Ministério, foi aceite por todos, a dúvida estava sempre em decidir se seria construída na Comporta, ou no Carvalhal, mas a existência da Escola nunca foi posta em causa.

Ficou surpreendida quando soube que o Centro Escolar feito na Comporta só contemplava o 1.º ciclo, porque na sua opinião a população não ganhou nada com isso. Quando chegar ao fim do 1.º ciclo, os alunos vão para Alcácer, como sempre foram. Para além da população da Comporta não ter ganho nada, a população da Carrasqueira perdeu, porque aquela localidade tinha uma Escola, tinha alunos mais que suficientes para manter uma Escola, e tendo Escola com boa qualidade, cantina, professora, que de repente é atirada para a Comporta sem necessidade nenhuma.

A pior coisa que se pode fazer é “arrancar” os miúdos às famílias, ainda mais se não for preciso, e se isso tiver um acréscimo de despesa para a própria Câmara pior. Perguntou porque é que o Executivo da Câmara não deixa ficar os miúdos na Carrasqueira.

Interveio o deputado Leonardo Jacinto que lamentou o facto de terem fechado a Escola da Carrasqueira. Lembrou que quando foi discutida a Carta Escolar para o Concelho de Alcácer, até falaram no assunto e até lhe foi chamada a atenção porque não estava na Carta da Escolar que a Escola da Carrasqueira ia fechar, o que lamentavelmente veio a acontecer.

Ficou muito triste, até porque a Escola tinha alunos suficientes para continuar em funcionamento, o que levou a população da Carrasqueira a pensar que a Escola não encerraria a tão curto prazo. Frisou que têm havido alguns problemas com a deslocação dos alunos.

A fim de esclarecer todos os presentes sobre os assuntos em discussão, interveio a Vereadora Isabel Vicente que voltou um pouco atrás, ao mês de Abril, em que no dia 23 promoveram uma reunião com os pais dos alunos da Carrasqueira, no sentido de irem tratando todos os assuntos, para que no início do ano escolar não houvesse grandes falhas, embora conscientes que haveria sempre alguns ajustes a fazer.

É com tristeza que vêm algumas das Escolas do Concelho a encerrar, mas neste caso não ficou triste, porque as crianças da Carrasqueira vão ter oportunidades únicas a nível de qualidade de ensino. A antiga Escola funciona num edifício que foi construído para ser um Centro Social, concerteza que não terá as mesmas condições que uma Escola. Os alunos e os professores que foram para o novo Centro Escolar transparecem a alegria e a motivação que tiveram ao mudar de estabelecimento.

O Executivo foi falar com a população para que os problemas fossem atenuados aquando do início do ano lectivo, uma das questões colocadas foi o facto de a maioria da população serem pescadores e terem uma actividade que não tem horário fixo, então tiveram a estudar qual seria a solução mais adequada e ficou acordado que os meninos iriam ser recepcionados na antiga Escola e depois serão transportados para o novo Centro Escolar na Comporta e vice-versa. Ficou também acordado que esse espaço seria preparado para os meninos estarem à espera do autocarro e depois à tarde à espera dos pais.

Encetaram contactos com a Rodoviária para que apresentassem orçamentos, uma vez que teriam que transportar os meninos em autocarros da Câmara, mas ao fazerem essa escolha as visitas de estudo iriam desaparecer porque o autocarro iria ficar afecto só à Escola da Carrasqueira e Comporta cinco dias por semana, o que colocava em causa as visitas de estudo de todo o Concelho. A opção que tiveram, e que é mais dispendiosa, 125 euros por dia, é um custo que não lamentam porque têm a certeza que os alunos ficam melhor na nova Escola, terão melhor preparação para poderem competir mais tarde ao mesmo nível de outros alunos do País.

Os equipamentos que foram colocados na Escola são da melhor qualidade, têm quadros interactivos, têm mobiliário recente, os computadores também já chegaram e são 18 à disposição dos novos alunos.

Tanto a Carrasqueira, como a Comporta ganharam um novo Centro escolar com todas as condições para que o futuro destas crianças consiga ser mais risonho, e consigam ter mais oportunidades. No início do ano lectivo houve de facto alguns percalços, mas foram resolvidos nos próprios dias.

Em relação ao destino a dar ao edifício onde funcionava a escola, também no dia 23 de Abril lançaram um desafio à população, porque era uma pena o equipamento fechar, no sentido de lhes dizerem o que é que pretendiam para aquele espaço, uma vez que poderia ser aproveitado, tanto para a população mais idosa, para um Centro de Convívio, como para aproveitar algumas salas e fazer um espaço onde todas as gerações pudessem conviver, onde também pudessem aproveitar na altura das interrupções lectivas e nas férias, para colocar lá um animador que desenvolvesse actividades para os meninos da Carrasqueira.

O Grupo Desportivo irá fazer chegar à Câmara um Plano de Actividades para aquele espaço e posteriormente irão conversar sobre o assunto.

Em relação ao edifício da antiga escola da Comporta, foi proposto pelo Executivo que o Centro Paroquial passasse para esse edifício uma vez que tem mais

condições, a Câmara apoiará na execução de um projecto de requalificação de acordo com as normas da Segurança Social. Estas são as ideias do executivo relativamente aos dois edifícios em questão, no entanto estão abertos a sugestões.

Inicialmente estava pensado para a Comporta, 1.º, 2.º e 3.º ciclos, mas é da competência da Câmara só o 1.º ciclo, que decidiu avançar porque se estivessem à espera que o Estado interviesse e fizesse 2.º e 3.º ciclos, então estariam muitos mais anos à espera para avançar com a nova Escola. Decidiram avançar, uma vez que era um desejo da população, começar pelo 1.º ciclo e tentar criar condições para depois mais tarde poderem justificar perante o Ministério da Educação a criação do 2.º e 3.º ciclos. O equipamento tem um espaço de reserva que é precisamente para implementar esses dois ciclos de ensino.

Informou que tem estado em contacto com a DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, e que posteriormente terão que coordenar também com o Agrupamento, no sentido de no próximo ano conseguirem iniciar um 5.º ano na Comporta e no ano seguinte um 6.º ano, o que já era uma vitória. Espera que o ano lectivo possa decorrer sem percalços de maior, porque o Centro Escolar foi feito para o bem-estar das crianças.

O Vereador Gabriel Geraldo revelou preocupação relativamente à questão dos equipamentos desportivos, pelo que informou a população da Freguesia que foi estabelecido um protocolo de transferência de competências com a Junta. Procedeu à leitura do art. 3º do documento referido: “É cometida à Freguesia da Comporta a responsabilidade de providenciar na regular manutenção dos seguintes equipamentos municipais, nos termos que a seguir se indicam:

- a) Parques Infantis (não incluídos nos estabelecimentos escolares) – Manutenção, reparação e limpeza dos parques infantis existentes, ou a criar, na freguesia;
- b) Espaços Verdes – Manutenção das zonas verdes existentes, ou a criar, na área da freguesia;
- c) Balneários, Sanitários e Lavadoiros – Gestão, manutenção e limpeza dos balneários, sanitários e lavadouros públicos existentes na freguesia;
- d) Áreas destinadas à prática desportiva e ao lazer – Providenciar a regular manutenção dos equipamentos desportivos, bem como das respectivas áreas de apoio (balneários e etc)”.

Foi com desagrado que constatou que os equipamentos se encontram abandonados.

A Vereadora Isabel Vicente acrescentou, sobre o parque infantil da Carrasqueira, que a Presidente da Junta de Freguesia da Comporta colocou a questão ao Executivo, no sentido de colaborem na execução de um projecto paisagístico para o espaço disponível para o efeito. Apresentou o projecto elaborado.

Relativamente ao ofício referido pela Presidente da Junta de Freguesia da Comporta sobre o parque infantil, o Presidente da Câmara esclareceu que o mesmo serviu apenas para que ponderasse, porque o projecto está a avançar. Mas o projecto até é barato, o que é caro é fazer e depois conseguir manter as condições.

Referiu que ultimamente tem-se desiludido em relação aos parques infantis, que cada vez ficam mais caros na manutenção e estão vazios, a maior parte dos miúdos não brinca nos parques infantis, daí ter pedido que a Presidente da Junta analisasse o projecto com toda a atenção, visse se é mesmo prioritário, ou se com esse valor que a Câmara e a Junta vierem a disponibilizar não se justificava mais fazer outro tipo de equipamento.

Voltou a intervir a Presidente da Junta de Freguesia da Comporta, Maria José Martins, que agradeceu aquilo que disse o Presidente da Câmara sobre o cuidado a terem na manutenção e dos custos que puderam vir a ter, mas vão tentar fazer o melhor possível.

Quanto ao que o Vereador Gabriel referiu sobre o protocolo, não contempla obras grandes, e o campo de futebol já há algum tempo que andam a ver com a Câmara da possibilidade de fazer intervenções mais profundas, a Junta só poderá fazer as manutenções de pequena dimensão, em tudo, não é só na área do desporto. A Junta de Freguesia não tem competência, nem capacidade de resposta para grandes obras, ou grandes reparações, isso é que está no protocolo.

O deputado Leonardo Jacinto disse ainda, sobre o assunto da Escola da Carrasqueira que só soube da reunião realizada em 23 de Abril após a sua realização, tal como a maior parte da população. Deveriam ter feito um comunicado à população a informar o que se iria debater, talvez houvesse pais que terão filhos na Escola no próximo ano, ou depois, e não estiveram presentes.

Disse também que o argumento apresentado pela Vereadora de que o edifício não tinha sido construído para funcionar como Escola, não o convenceu.

A deputada Nédia Cabecinha Correia informou que o edifício da antiga Escola da Carrasqueira foi concebida para acolher os mais novos e os mais idosos, e tinha um grande projecto educativo que tinha tudo a ver com o aumentar a afectividade entre as populações mais novas e as mais velhas. Além disso, rentabilizavam o pessoal de apoio que servia na cantina, ou na limpeza, para as duas valências. Na sua opinião, continuam a ter condições para isso. Não são os belos edifícios que fazem os bons alunos, mas sim um bom corpo docente, com apoios às dificuldades e com bom material didáctico.

Sugeriu que voltassem a colocar as crianças da Carrasqueira na antiga Escola e dessem os 125 euros que gastam diariamente em transporte à Escola, para compra de material didáctico. Uma criança pequena precisa sempre de estar perto da família.

Interveio o deputado Paulo Guerreiro que se mostrou sensibilizado por o Vereador Gabriel Geraldo se sentir desconfortável com o mau estado de conservação dos campos de futebol da Comporta. É uma atitude bastante positiva, deveria extrapolar esse sentimento para outras situações noutras zonas do Concelho. Referiu, como exemplo, o Museu Pedro Nunes, o Parque Arqueológico, etc...

Sobre os parques infantis disse que as crianças continuam a brincar, se brincam à porta de casa e não nos parques é porque estes não são apelativos do ponto de

vista das crianças, devem verificar se não se deve alterar a concepção, que é um pouco uniforme, de modo a torná-los apelativos para quem eles se dirigem.

Registou-se a intervenção da deputada Maria de Jesus Marques que informou que já trabalhou na antiga Escola da Carrasqueira, e que ao contrário do que disseram, deparou-se com condições que não eram as melhores, porque muitas vezes o que se vê não é aquilo que na realidade se sente a trabalhar.

A Escola tem muitos problemas acústicos, os tectos são muito altos, em termos técnicos a mesma coisa, de Inverno custa muito a aquecer. As salas do 1.º ciclo, uma tinha o tamanho suficiente, a outra era muito pequena, em anos que funcionavam lá duas salas, os meninos ficavam quase em cima uns dos outros. Tinham uma biblioteca onde não podiam ter sequer uma mesa, só uns sofás pequenos para se sentarem, porque não havia espaço, não tinham uma sala de trabalho. Trabalhou lá como docente de Educação Especial, e não tinham uma sala para trabalhar decentemente com esses miúdos. Na sua opinião as crianças estão muito melhor na nova Escola da Comporta.

O Presidente da Assembleia Municipal lembrou que a Assembleia sempre votou contra o encerramento das Escolas, fossem onde fossem, e foi sempre a partir daí que tentaram resolver os problemas. Percebe quando lhes falam em determinadas questões, e são sensíveis a isso, mas é bom que olhem para aquilo que ainda é possível fazer, dentro da alteração daquilo que lhes é dado actualmente.

### **5 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO;**

Registou-se a intervenção do cidadão Avelino Antunes, Presidente da Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal, que manifestou a sua indignação por o Presidente da Câmara ter apelidado a Associação, de Associação fantasma. Esta Associação já recebeu um diploma de mérito da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, faz parte de uma comissão de acompanhamento que já reuniu com o Governador Civil do Distrito de Setúbal e como Ministro da Agricultura.

Não esperava ouvir aquilo que ouviu, e como representante da Associação, disse que a mesma tem uma existência do ponto de vista jurídico-legal, com mais de 20 anos, e foi esta Associação que foi determinante com a luta dos agricultores para obrigar o Grupo Espírito Santo a baixar o valor das rendas na Herdade da Comporta, quando abusivamente era superior a 20 mil contos por ano, foi esta Associação que, em conjunto com os agricultores, ajudou a resolver muitos outros problemas. Esta Associação tem toda a legitimidade para estar sempre ao lado dos agricultores. O Presidente não a consideraria Associação fantasma se concordassem com aquilo que lhes colocou, que era inaceitável em democracia. Frisou que não se vendem, não se transfiguram e não se calaram.

A Festa da Batata-Doce nasceu por iniciativa da Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal, mas para os agricultores, não se trata de uma festa comercial, e dentro desta festa há um almoço, que transitou de uma outra iniciativa dos agricultores que já existia e onde se discutia a situação agrícola.

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

Querem discutir a importância da batata-doce, o preço, e o que estão a fazer à agricultura, quando estão a pôr em causa o desenvolvimento da Freguesia e do Concelho. O Presidente da Câmara não os poderá impedir.

Aceitarão um debate, mas o Presidente não pode dizer que não os apoia, porque o dinheiro da Câmara é público, isso é inaceitável em regime democrático, faz-lhe lembrar o tempo antes do 25 de Abril.

Desde a primeira hora que tiveram a ideia da festa que se dirigiram às duas Câmaras, Alcácer do Sal e Grândola, às Juntas de Freguesia da Comporta e Carvalhal, e as ajudas que recebem são para fazer face aos custos, como em qualquer festa, e não pode estar em causa a sua intervenção ou de qualquer membro da Associação. Certamente que a festa se realizará, quer o Presidente da Câmara concorde ou não, mas é com muita mágoa que ouviram tais reacções por parte do Executivo.

Foi dito na Assembleia que já havia reacções da deslocação da comissão a Lisboa, à reunião com o Ministro da Agricultura, acerca dos problemas que foram expor, não há reflexos nenhuns, nem em relação ao “dumping”. Pelo contrário, as grandes superfícies continuam a ter milhões de euros de lucro à custa dos agricultores e dos consumidores, e continuam a fazer “dumping”. Em relação ao problema das rendas na Comporta, em que se diz que a Autarquia não tem nada a ver com o assunto, que é uma questão entre os agricultores e o proprietário, não é bem assim, o dever de qualquer eleito é em primeiro lugar defender os interesses da população, por quem foi eleito.

Aquilo que os agricultores querem é poder continuar a produzir, para poder haver desenvolvimento.

O que está em causa é um projecto turístico, ao qual os agricultores não estão contra, mas um projecto turístico tem que ser um complemento do desenvolvimento e não a substituição da agricultura. Tem que se dar condições aos agricultores para que possam produzir, se não houver contratos de 7 anos de arrendamento, está em causa a produção, é enterrado o futuro do País, porque continuam a fazer como até agora, e o resultado está à vista, não podem produzir num País que importa 80% da alimentação, pagam hoje o mesmo que se paga pela importação do petróleo.

Falou também no IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, porque a maior parte das pessoas que vivem na Freguesia da Comporta, que lá nasceram e viveram, vão ter que pagar um valor pelo IMI que não vão suportar. Não é justo que se sacrifique uma população por os que querem fazer especulação, e o Município tem o dever de antecipadamente discutir o assunto e tomarem as medidas devidas ao lado da população da Comporta. É uma questão que a muito curto prazo põe em causa a permanência das pessoas na Freguesia.

Frisou ainda que está a haver um excesso de zelo por parte das autoridades, relativamente às cargas transportadas pelos agricultores.

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

Ao contrário do que possam pensar, a Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal está muito enraizada junto dos agricultores, pelo seu trabalho, e não vai enfraquecer face às contrariedades.

Apelou para que a Festa da Batata-doce se realize nos moldes habituais, e que consigam resolver todos os problemas que pretendem.

Interveio o munícipe Fernando João e lembrou que o ano passado lhes foi prometido, aos agricultores, que o caminho de aceso aos secadores de arroz da EPAC em Alcácer do Sal estaria em condições quando chegasse à altura da campanha de 2010. Face ao estado em que o caminho se encontra, perguntou, quem é que se responsabiliza por meter o arroz nos secadores se começar a chover e o caminho se deteriorar.

Ficou muito triste pelos moldes que o Presidente designou a Associação de Agricultores. É uma Associação da qual todos os agricultores são sócios, e foi em conjunto com ela que sempre realizaram a Festa da Batata-doce.

Espera que o Presidente tome uma posição correcta em relação à festa, mas uma posição a favor dos agricultores.

A munícipe Maria Lurdes, moradora na localidade do Cambado, tem uma filha com 26 anos que há 2 ou 3 anos atrás concorreu a um lote. Todos os concorrentes pertencentes às localidades de Cambado, de Brejos da Carregueira, Torre e Possanco, ficaram excluídos, pelo que questionou o Executivo sobre o facto das pessoas pertencentes às localidades referidas não terem tido direito a nenhum lote e se está ou não previsto um novo concurso para atribuição de lotes.

Interveio a munícipe Sandra, moradora na Comporta desde que nasceu e que lamentou não ter um terreno para comprar. Vive numa casa alugada, que não tem condições para que possa pensar em ter um filho, pelo que perguntou ao Executivo quando é que será possível adquirir um terreno para poder fazer a sua vida normalmente.

Registou-se a intervenção do munícipe Custódio Batista, agricultor na Comporta desde sempre, apelou a todos os eleitos do Município para que apoiassem os agricultores na resolução da questão dos contratos de arrendamento rural a Comporta. Ninguém diz que a Herdade da Comporta não está a cumprir a Lei, mas esquecem-se que a grande maioria dos agricultores da Herdade da Comporta foi-lhes atribuída uma parcela de terra de cultivo de arroz nos anos 80/81 para sustento próprio, é isso que está em causa. Não estão com intenção de roubar nada a ninguém, nem apoderar-se de nada que pertença à Herdade da Comporta, querem apenas continuar a produzir alguma coisa para tirarem de lá a sua sobrevivência.

Apelou ao bom senso entre as partes responsáveis, o mais rápido possível, para que haja um entendimento, porque senão os agricultores não vão aceitar o contrato de promessa que lhes estão a impor.

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

O que exigem são 7 anos de arrendamento rural, terminando esses 7 anos de contrato, se houver entendimento entre as partes, será ou não renovado e negociaram outra vez.

Faz parte da Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal há 27 anos, ela não caiu na Comporta de pára-quadras.

Interveio o munícipe Carlos Cordeiro que vive na Comporta há 45 anos e é comerciante há 25, pensava que o propósito desta sessão era falar exclusivamente dos problemas da Freguesia, o que infelizmente não aconteceu.

Em relação à rua do comércio referiu que os comerciantes não estão todos instalados nessa rua, é um sentimento que quis fazer passar porque há comerciantes que em determinadas coisas são discriminados, as pessoas sentem isso, tanto a nível da limpeza das ruas, como noutras coisas.

A munícipe Graça, comerciante na rua do comércio, manifestou a sua preferência para que a rua do comércio se mantivesse fechada e se fizessem obras naquela rua, porque assim se tornava mais segura, tanto para as crianças, como para os clientes.

Solicitou ao Executivo que vissem da possibilidade de abrir uma valência de ATL – Actividades de Tempos Livres na Escola, que faz muita falta para os miúdos terem com que se ocupar nas férias e tempos livres.

Registou-se a intervenção da munícipe Dolores que reclamou a falta de espaço para trocar um pneu ou atender o telemóvel na estrada entre a Torre e a Tróia. As bermas estão todas em areia, se as pessoas quiserem encostar ficam atascadas, era bom que o Município se lembrasse, aquando das próximas obras, que a estrada não é só para os automobilistas, há também pessoas a circular a pé, ou de bicicleta. Disse que já não anda de bicicleta há um ano porque tem medo, já que os automobilistas quase que a projectam para fora.

O Presidente da Assembleia esclareceu que fizeram a sessão para tratarem de problemas da Freguesia, trabalharam nesse sentido, no entanto, os problemas não se esgotam na freguesia.

Respondendo ao Sr. Avelino, acrescentou que não disse que o assunto estava arrumado, aquilo que disse foi que a Moção da CDU retomava os pontos que de forma consensual tinham entregue na Assembleia. Nunca falaria em nome da comissão, até porque o memorando entregue ao Ministro da Agricultura foi consensualmente redigido por todos. Ninguém a nível do movimento tão díspar, que é o movimento dos agricultores, alguma vez tentou isso com os eleitos.

Revelou-se satisfeito por ser deputado municipal e com os colegas, porque são dignos de terem sido eleitos, sejam de que partido for, porque sempre dignificaram aquilo que deve ser o trabalho e a posição da Assembleia Municipal.

Como Presidente da Assembleia Municipal sente-se reconhecido no papel que todos os seus colegas desempenham diariamente, e é um papel o mais íntegro

possível, porque como todos sabem, os deputados municipais apenas recebem senhas de presença por sessão ou reunião. Têm comissões a funcionar, que têm prestado um trabalho soberbo relativamente aos assuntos que têm tido. Trabalham todos com o mesmo objectivo.

O Presidente da Câmara não acrescentou mais nada sobre a Festa da Batata-doce e, em relação à estrada da EPAC disse que o terceiro empreiteiro iniciou os trabalhos há cerca de uma semana e meia, começou por fazer um levantamento topográfico, fez a piquetagem, e já fez lá uma passagem, admitiu que a obra iria arrancar na semana seguinte.

Quanto aos lotes, não discriminaram ninguém, não é o executivo que decide, há um conjunto de técnicos que com base numa grelha e num regulamento escolhem os candidatos.

Em resposta à D. Sandra informou que há mais dois ou três lotes para venda, quando iam lançar o concurso alguém os chamou a atenção que do concurso anterior já havia quem vende-se lotes, então resolveram parar. Neste momento o Gabinete Jurídico da Câmara está a estudar um mecanismo para que se vendam os lotes a pessoas com verdadeiras necessidades de primeira habitação.

Sobre os arrendamentos dos terrenos agrícolas na Comporta, sempre tem considerado um absurdo um arrendamento por campanha, é impossível alguém, por exemplo, comprar um tractor a *leasing* para quatro anos se só tem a garantia de ter o terreno por um ano. Está a fazer tudo o que lhe é possível para que sejam celebrados contratos por campanha.

Informou o Sr. Carlos Cordeiro que conscientemente nunca discriminaram as outras zonas comerciais da Aldeia.

Quanto à valência de ATL, registou e será um assunto que o executivo irá apreciar, porque naturalmente é necessário um local onde ocupar as crianças, até porque os pais não têm como cuidar delas nas horas de trabalho.

Interveio o Vereador António Balona que falou da situação referida pelo Presidente da Câmara na Assembleia realizada em Casebres e que o levou a intervir, uma vez que foram referidos os nomes dos Vereadores que não estão em regime de permanência, e porque as coisas não corresponderam exactamente aquilo que o Presidente disse.

Não houve nenhum problema com os Vereadores da CDU, o que houve foi que o Presidente da Câmara resolveu dar conhecimento de assuntos que tinham sido discutidos na reunião de Câmara, cuja acta não lhes tinha sido entregue, não tinha sido apreciada, nem aprovada. O Presidente na reunião de Câmara seguinte reconheceu que tinha cometido um erro, ao ter levado para a Assembleia uma acta do órgão Câmara, mas disse logo que a partir daquele momento nunca mais daria a palavra aos Vereadores que não estão a tempo inteiro.

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

Considerou o comportamento do Presidente anti-democrático, disse-o na reunião de Câmara e voltou a afirmá-lo na Assembleia Municipal na Freguesia de São Martinho.

Salientou que os Vereadores em regime de não permanência estão numa situação complicada, porque o Presidente da Assembleia não lhes pode conceder a palavra sem autorização do Presidente da Câmara. O Presidente da Câmara disse premeditadamente que não lhes dava a palavra, afirmou.

A partir deste momento passou a intervir na qualidade de munícipe, autorizado pela Mesa, e manifestou o seu total acordo com as posições que foram tomadas pelos agricultores.

Relativamente à Festa da Batata-doce, os Vereadores da CDU foram surpreendidos pelo Presidente da Câmara, na última reunião de Câmara, onde a sua primeira intervenção foi dizer que não iria apoiar a festa, nos mesmos termos que o fez na Assembleia. Obviamente que isso levou a que houvesse intervenções da parte dos Vereadores da CDU e a aconselharmos o Presidente a que não tomasse essa posição, até porque nesse dia ia reunir com a Associação de Agricultores.

Aconselharam a que não retirasse o apoio a uma iniciativa deste género, uma festa que envolve toda a comunidade produtiva da região.

O Presidente da Assembleia propôs a continuação da sessão no dia 28 às 21h00, no Auditório Municipal de Alcácer do Sal e simultaneamente uma sessão extraordinária para o dia 18 de Outubro às 21h00, no mesmo local.

Foi deliberado que presente sessão seria retomada dia 28 (terça-feira) de Setembro às 21h00m, e iniciar-se-ia no ponto n.º 6, sem Período Antes da Ordem do Dia.

### **28 DE SETEMBRO DE 2010**

**(continuação da Sessão iniciada no dia 25 de Setembro)**

#### **INTERPELAÇÕES AO EXECUTIVO**

---

Interveio a deputada Maria Antónia Incenso Mendes que se referiu à intervenção do Presidente da Câmara relativamente à sua pessoa, nomeadamente quanto ao facto de não ter estado presente na sessão realizada em Casebres, pelo que não deveria pronunciar-se sobre o assunto. Lembrou que esta questão já havia sido colocada noutra altura, e que o Presidente da Câmara tem alguma dificuldade em ouvir as verdades, isso é notório.

Na sua opinião não é correcto cortar a voz aos Vereadores da oposição, que foram eleitos democraticamente tal como o Presidente. Perguntou porque razão é que os

Vereadores se encontram na Mesa. Se não é para intervirem, para os deputados e os munícipes colocarem questões, então não estão lá a fazer nada. Não acredita que o legislador quando faculta a oportunidade de poder dar ou não a palavra, não foi concerteza com a intenção de cortar a voz aqueles que a população elegeu.

Para que cada um pudesse reflectir sobre aquilo que disse, passou a ler um excerto de uma intervenção do Presidente numa reunião: “ O Presidente respondeu que se considera adepto da democracia representativa, e que os mais elementos que constituem este Executivo eleito para gerir e representar todas as forças sociais, assim como as pessoas deste Concelho por um período de quatro anos, não necessitam de ouvir a opinião de mais ninguém”.

Perguntou também sobre a realização da escritura da doação do terreno onde se encontra construído o edifício do Tribunal em Alcácer do Sal, se já havia sido realizada e se a clausula recomendada pela Assembleia foi ou não acautelada.

Relativamente aos resíduos depositados da Herdade da Ervideira, questionou qual o ponto da situação, e sobre o processo de um terreno que havia sido desafectado em Monte Novo de Palma, tendo em vista a regularização das habitações naquele local.

O deputado Paulo Guerreiro referiu o relatório das obras municipais e serviços urbanos que integrava a documentação distribuída aos deputados, e onde no *item* das obras em curso referia a estrada da EPAC, “Alargamento e pavimentação do arruamento entre o Sr. dos Mártires e a estrada de acesso à estação de Caminho de Ferro, estrada da EPAC”, e também a conclusão dos trabalhos. Teve a preocupação de passar por lá, pelo que perguntou ao Executivo se consideravam que os trabalhos já estavam concluídos, uma vez que a sua interpretação do que leu foi isso mesmo.

Perguntou ainda, se era possível ao Executivo facultar informações sobre a data prevista para a conclusão do inquérito que está a decorrer sobre o acidente com o Galeão Pinto Luísa.

Registou-se a intervenção do deputado José Balona para perguntar quais as razões que levaram a que a Biblioteca Municipal estivesse encerrada durante o mês de Agosto. Considerou que a Cultura não devia ir de férias.

A deputada Maria Luzia Maurício questionou o Executivo sobre a abertura do ano lectivo no Concelho, nomeadamente quanto aos problemas com os transportes escolares na Carrasqueira, que já haviam sido abordados, e também sobre os transportes escolares de Santa Susana e Monte Novo de Palma por exemplo, e também sobre a falta de auxiliares de acção educativa, nomeadamente em Palma.

Uma vez que tiveram conhecimento que o número de alunos duplicou na Escola de Albergaria, pediu que se pronunciassem relativamente à decisão de encerramento daquela Escola, e se estava prevista alguma situação que venha a retroceder essa situação.

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

Relativamente às AECS – Actividades de Enriquecimento Curricular, disse que havia falta de Professores de Inglês, pelo que perguntou para quando previam o funcionamento em pleno dessa actividade.

O deputado Luis Pereira lembrou que em tempos numa sessão da Assembleia foi apresentado um projecto de comemorações do Centenário da República com uma série de actividades sugeridas. Solicitou ao Executivo que fizesse um balanço das actividades desenvolvidas no âmbito dessas comemorações.

Sobre a Folha de Alcácer, e lembrando o que já foi feito pela Assembleia, nomeadamente no dia 11 de Maio quando foi apresentada uma recomendação de uma das comissões da Assembleia, no sentido da Folha de Alcácer passar a contar com espaços destinados à participação da Assembleia, dos vários Grupos Municipais nela representadas, na altura o Presidente disse que não concordava com a recomendação, mas disse que a aceitava. Daí para cá já saíram três edições da Folha de Alcácer e a Assembleia continua sem estar representada.

Perguntou ao Presidente se pretendia honrar a palavra que deu sobre este assunto e o que é que aconteceu entretanto. Quis também saber qual o estado em que se encontrava o inquérito ao acidente com o Pinto Luísa, e solicitou que lhe facultassem os dados que pudessem ser disponibilizados sobre o assunto.

Perguntou também qual foi a participação da Câmara na 4.ª Romaria e Procissão da Junta de Freguesia de Santa Maria do Castelo, nomeadamente qual foi a contribuição monetária da Câmara para esse evento.

Pedi esclarecimentos a propósito de um edifício que em tempos se chamou Clube Náutico, depois Edifício Multiusos e actualmente se chama Edifícios Multiusos, porque esteve a consultar um parecer do Gabinete Jurídico do Município e nesse parecer tecem-se variadas considerações, mas há uma que lhe parece particularmente inquietante. Diz esse parecer que a área onde as edificações se implantam estão excluídas dos limites desse perímetro urbano, pelo que se inserem na classe dos espaços não urbanizáveis, identificada na planta de ordenamento como espaço agrícola de regadio.

Segundo a planta de condicionantes, o local integra a Reserva Agrícola Nacional, sendo aplicável o art. do PDM que disciplina a edificação na mesma área, ou seja, será licenciada a edificação quando ela for ou estiver veiculada a actividade agrícola, pecuária e infraestruturas. Sucede, como todos sabem, que o edifício que lá está se destina a aluguer de escritórios, comércio, salas de reuniões, formação e habitação, e ao que pode apurar a habitação não são uns apartamentos quaisquer, como o Presidente disse em tempos, são uns apartamentos grandes e valiosos. Estruturas veiculadas à actividade agrícola ou pecuária não encontrou, pelo que solicitou que o esclarecessem esta contradição.

A Comissão Europeia pediu ao Estado Português esclarecimentos, e está preocupada com cinco empreendimentos previstos para o sítio da Rede Natura Comporta/Galé, um sítio que se estende ao longo dos Concelhos de Alcácer do Sal e Grândola. Diz a Comissão Europeia que nesses cinco empreendimentos não está a ser cumprida a legislação ambiental, o caso não é igual em todos, não se

verificam as mesmas irregularidades em todos, mas a leitura geral é esta, não está por razões várias, a ser cumprida a legislação ambiental. Sucede que destes cinco, três dos projectos visados, são os projectos da “Costa Santo André”, da “Herdade da Comporta” e da “Herdade do Carvalhal”, a Comissão está preocupada porque não foram feitos os devidos estudos de impacto cumulativo.

Solicitou a opinião do Executivo sobre o assunto, uma vez que se trata, também, da Herdade da Comporta, onde decorrem empreendimentos que vão ser discutidos no futuro na Assembleia Municipal.

### **6 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002 DE 11 DE JANEIRO;**

Foi presente informação escrita e detalhada sobre a actividade municipal na área das Obras Municipais e Serviços Urbanos, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando arquivada em pasta anexa à acta, dela fazendo parte integrante.

O Vice-Presidente, Hélder Serafim esclareceu que o que aparece no Relatório fornecido aos deputados é o nome da empreitada, não quer dizer que os trabalhos estivessem terminados.

Aproveitou para dizer que realmente existia uma gralha no Relatório, que é uma empreitada que estava dada como terminada, e não estava, foi um trabalho feito pela EMSUAS em Santa Susana.

O Presidente da Câmara entendeu fazer uma breve apresentação sobre o início do ano escolar, que na sua opinião foi o melhor de sempre.

Em resposta à deputada Maria Antónia Incenso Mendes esclareceu que ficou surpreso por a deputada se ter manifestado sobre uma cena onde não esteve presente.

Quanto à acusação de ser anti-democrata, decidiu não responder porque não consegue provar que não o é de maneira nenhuma.

Sobre o assunto de Monte Novo de Palma, o plano esteve parado durante quatro ou cinco anos, mas neste momento já há um arquitecto do Município que está a trabalhar nele.

Informou que a Escola de Albergaria já estava fechada, talvez tenha havido má informação.

Relativamente às comemorações do Centenário da República disse que todas as iniciativas ligadas a essa data, não mobilizavam as pessoas, o Centenário da República iria resumir-se, no Concelho de Alcácer, à inauguração do Centro Escolar da Comporta e de Alcácer do Sal, com a presença do Ministro Vieira da Silva no dia 5 de Outubro, com a presença da Banda Filarmónica a tocar no hastear da Bandeira.

Em relação ao edifício do Clube Náutico, onde era a antiga serração, construído por vários módulos justapostos, não havia pátios interiores e tinha uma área de 2000 m<sup>2</sup>, então depois de consultarem a CCDRA, a ARH, o ICNB e a DGTDU e de haver um parecer emitido pelo Dr. Marino Vicente, chegaram à conclusão que podiam, por ser um edifício existente, licenciar a construção de qualquer outro edifício, desde que respeitassem a área de implantação para não aumentar a área de impermeabilização do solo, então, teve o cuidado, de solicitar ao topógrafo da Câmara para fazer um levantamento topográfico para poder comparar com o do promotor. Recuperaram os 2000 m<sup>2</sup> ao milímetro e deixaram licenciar o edifício exactamente com a mesma área de implantação.

Interveio o Vice-Presidente em relação aos resíduos na Herdade da Ervideira, e informou que já começaram a insistir junto às entidades competentes, não receberam mais informações, continuam a aguardar. Deve ter sido do conhecimento público que depois do caso da Ervideira já houve outro caso no Concelho de Montemor que também teve influência no Concelho de Alcácer do Sal, junto à zona do Barrancão. O Município de Montemor tomou as mesmas medidas, e continuam a aguardar as mesmas respostas sobre a situação que ocorreu na zona de São Cristóvão.

Sobre a questão da queixa da Comissão Europeia, tiveram conhecimento através da Comunicação Social, como toda a gente, e não oficialmente. A única queixa que existe na Comissão Europeia, não é sobre a questão da Herdade da Comporta, mas diz respeito aos empreendimentos da “Costa Terra” e do Pinheirinho, os únicos que neste momento estão em causa são estes dois.

A Comissão Europeia também está a questionar sobre os impactos cumulativos, ou seja, as respectivas compensações que existem em termos de impactos ambientais, por exemplo, a ADT da Comporta apresentou os respectivos para os empreendimentos que estão sobre a sua responsabilidade, esses já foram apresentados e já serviram de justificação perante a Comissão Europeia.

Outra das questões que levantaram recentemente teve a ver com PROT, o PROT foi aprovado recentemente e também levantou algumas questões, ou seja, na zona de Santo André e Melides em que neste momento essas duas zonas também fazem parte da zona de protecção, ainda não têm os respectivos impactos cumulativos na zona ambiental e nem tem a avaliação de impacto ambiental. Neste momento qualquer desses empreendimentos vai ter que refazer os estudos para dar andamento aos respectivos processos de modo a esclarecer a Comissão Europeia sobre o assunto.

A Vereadora Isabel Vicente esclareceu sobre a questão do terreno onde está implantado o edifício do Tribunal e em relação à sugestão da Assembleia Municipal de inserir na escritura uma nova cláusula, que a mesma foi considerada e estão a aguardar a celebração da escritura.

Acrescentou, relativamente aos terrenos em Monte Novo de Palma, que o projecto desse loteamento esteve parado durante muito tempo, ainda não perceberam porquê, mas já estava na fase de publicação e estavam quase na fase da discussão pública.

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

Sobre os problemas referidos com os transportes escolares de Monte Novo e Santa Susana, não tinha conhecimento.

A alta de auxiliares em Palma deve-se a uma baixa médica, no momento a auxiliar que lá estava, estava a fazer duas horas de trabalho extra por dia para poder assegurar o acompanhamento às AECS e a limpeza da Escola, até terem a funcionária ao serviço novamente. Estavam a aguardar alguns POC's que estavam para iniciar brevemente, mas não são postos de trabalho efectivos.

Quanto às AECS disse que pela primeira vez poderiam ter funcionado desde o primeiro dia de aulas, no entanto, tiveram azar com os professores de Inglês, mas já decorreram novas candidaturas para fazer face as faltas.

Este ano fizeram algumas coisas com mais antecedência, o trabalho foi mais planeado tendo em conta a proximidade que tiveram com o agrupamento e com as Escolas. Foi um início que decorreu com alguns problemas, mas que foram superados no mesmo dia, não teve conhecimento de problemas de maior.

O Vereador Gabriel Geraldo disse, relativamente ao acidente com o Galeão, que é uma grande preocupação para o Executivo, o inquérito está a ser levado a cabo por entidades exteriores ao Município. O Galeão está no porto de Sesimbra em reparação e estão a aguardar a conclusão do inquérito para que os estragos causados pelo acidente possam ser pagos pela seguradora.

Neste momento o inquérito está em fase de conclusão, foram ouvidas as testemunhas, os participantes e um grande número de ocupantes, o inquérito tem sido moroso, esperam que tenha uma conclusão em breve.

Sobre o encerramento da Biblioteca Municipal no mês de Agosto, foi uma situação anormal, para a qual não estava preparados e que teve a ver com a licença sem vencimento de uma funcionária, um período de férias que estava previsto, e duas baixas médicas de outros dois funcionários. Tentaram reforçar a equipa logo que lhes foi possível com um novo elemento que também tinha férias marcadas para o mesmo período, o que não veio alterar a situação. Perante esta situação não lhes foi possível manter a Biblioteca em funcionamento durante o mês de Agosto, o que se tornou uma situação bastante constrangedora, no entanto vão esforçar-se para que a situação não se volte a repetir.

Segundo informação prestada pelo responsável e contrariamente aquilo que o Vereador e a maior parte das pessoas pensava, a Biblioteca durante o mês de Agosto é muito pouco frequentada. Existe uma situação que se dá nesse mês, que convém ressaltar, que não tem nada a ver com cultura, mas sim com o facto dos pais utilizarem aquele espaço como "depósito" de crianças, porque não têm onde as deixar em tempo de férias escolares. Têm assegurado todos os anos diversas actividades para que as crianças possam ter ocupação, mas os funcionários que lá trabalham são técnicos de biblioteca, não são educadores de infância.

Em relação à Romaria da Junta de Santa Maria do Castelo, a participação que a Câmara teve foi solicitada pela Junta, e foi semelhante a outras participações prestadas a outras Juntas de Freguesia e Associações, prendeu-se com a logística.

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

No sentido de esclarecer a deputada Maria Antónia Incenso Mendes sobre a questão do terreno do Tribunal, interveio o Presidente da Assembleia Municipal que depois de uma intervenção da Assembleia, haveria a necessidade de fazer o cálculo ao valor actual do terreno para que se efectivamente houvesse um destino diferente daquele que a Assembleia tinha autorizado, revertesse o valor do terreno. Posteriormente seguiu uma proposta nesse sentido para o Ministério da Justiça e aguardava-se o contrato final.

Relativamente à questão da Folha de Alcácer e da recomendação que a Assembleia fez chegar à Câmara com aquilo que pretendem, disse que depende do espaço disponibilizado, porque por si só não é exequível.

Interveio o deputado Paulo Guerreiro que falou sobre dois aspectos distintos da educação, um deles teve a ver com a oferta dos livros escolares aos alunos do 1.º ciclo, foi uma das pessoas beneficiadas porque a filha recebeu os livros pagos pela Autarquia, teve a vê-los e deixou um alerta. Primeiro porque é uma quantidade de livros enorme a que é atribuída a um aluno do 3.º ano, só de Matemática foram 3 livros. Considerou a ideia muito boa, mas de qualquer forma não quis deixar de alertar para o facto de poderem estar a suportar o negócio das editoras, devem ser críticos e devem trabalhar em colaboração com as Escolas

Na Comporta havia a expectativa de que a nova Escola pudesse ter 2.º ciclo, isso não se concretizou, embora isso tivesse que envolver, não a responsabilidade absoluta da Câmara, mas também a do Ministério da Educação, era sempre possível trabalhar em colaboração, e a prova está na Escola Secundária. Sugeriu que o Município mantenha como objectivo, alargar a Escola da Comporta ao 2.º ciclo, tal como consta da Carta Educativa.

Referiu também a Escola do Morgadinho, que supostamente deveria estar em condições no início do ano lectivo, e não estava. Prova disso foi que duas das turmas tiveram que ser trocadas com a Escola dos Açougues, por questões de acessibilidade de um dos alunos.

Pedi ao Executivo que fossem ambiciosos, que não deixem cair os projectos, porque estes factores afectam a vida lectiva toda.

Sobre o inquérito do “Pinto Luísa”, considerou importante definirem uma data para estar concluído, para que seja encerrado o assunto.

Na sua opinião, Alcácer do Sal está a perder uma oportunidade, os Galeões podem ser utilizados de uma forma positiva do ponto de vista turístico, e de momento estão parados.

Quanto à Biblioteca, conhece a situação exposta pelo Vereador Gabriel Geraldo, sobre as crianças, mas acrescentou que quando abdicaram do Centro Internet no antigo edifício da sopa, o que foi dito, foi que a Biblioteca iria colmatar essa necessidade, embora sujeita a remodelações, porque as ligações à Internet na Biblioteca são realmente débeis. No Verão, um certo segmento de turistas que visitam o Concelho, gostam de aceder à Internet, e estando a Biblioteca encerrada tornasse mais complicado.

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

Relativamente à Folha de Alcácer, aguarda que façam chegar aos deputados, informação sobre a dimensão dos textos, como são enviados, para quem são enviados, para que possam implementar esse procedimento.

O deputado José Balona acrescentou que a Biblioteca é um espaço que deve ser utilizado todo o ano, é um serviço de apoio. No próximo ano deverão acautelar-se todas essas situações. Ficou muito sensibilizado com esta questão porque observou durante o mês de Agosto a grande afluência de utentes àquele local.

Quanto à questão da Biblioteca servir de espaço de "depósito de crianças", também é verdade, e se isso acontece é porque os pais estão a trabalhar e não têm onde deixar as crianças, o que se calhar revela um *deficit* nas infraestruturas de apoio à criança, facto ao qual cabe à Câmara dar atenção.

Lamentou que a Feira de Outubro não decorra até dia 5 de Outubro como é hábito, de modo a abarcar o feriado. A desculpa é sempre a crise e a contenção de despesas.

Interveio o deputado José Arlindo de Passos, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria do Castelo, que depois de ouvir duas das intervenções ficou curioso, nomeadamente a intervenção do Presidente da Câmara sobre o problema que houve com o transporte escolar na Carrasqueira, não chegou o autocarro. Em Monte Novo de Palma e na Quinta do Ouvidor tiveram uma situação inversa, chegaram duas carrinhas porque o Executivo decidiu tirar o transporte escolar à Junta de Freguesia e não informaram de nada, como não tinham conhecimento, o motorista no dia 13 foi fazer o serviço.

Uma vez que a Vereadora Isabel Vicente afirmou que adquiriram brinquedos para a Escola do Olival Queimado, perguntou se estava a referir-se a uma baloiço para 58 crianças.

Registou-se a intervenção do deputado Serafim Inocêncio que referiu as várias áreas da Educação que foram discutidas, e considerou a intervenção do deputado Paulo Guerreiro bastante pertinente, porque de facto há livros adquiridos para as crianças que durante o ano lectivo nem chegam a ser abertos, e nesses casos há de facto favorecimento das editoras.

Há uma outra situação que é a responsabilidade a quem são atribuídos os manuais, e nesse caso a Autarquia optou por favorecer todos os alunos do 1.º ciclo, mas há uma coisa que não é da responsabilidade da Câmara, que é a adopção dos manuais escolares, são os próprios professores quem o faz.

Também é importante os manuais terem sido comprados no Concelho de Alcácer do Sal, é pena que a acção não seja extensível até ao fim do ciclo, mas já é uma peça importante no meio da actual conjuntura.

O deputado Albino Francisquinho, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, alertou para o facto das cadeiras na Escola de Casebres não terem borrachas nos pés, o que danifica o chão que foi fixado recentemente.

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

Interveio o deputado Luis Pereira que referiu que a primeira questão que levantou teve a ver com as Comemorações da República, como tiveram oportunidade de debater, quando falaram dessas comemorações, não falaram de festa e festarolas, mas sim de uma oportunidade para dinamizar o Concelho, para promover uma série de iniciativas que podiam trazer uma mais-valia. Não ouviu uma resposta por parte do Vereador da Cultura, Gabriel Geraldo.

O Presidente disse que as Comemorações da República não tiveram sucesso, mas o deputado não percebeu quais foram as iniciativas que a Câmara promoveu, e sobre isso mais nada se disse.

O Presidente ao afirmar isso é o mesmo que dizer em sua opinião que foi incompetente, foi incapaz, não conseguiu mobilizar as pessoas, as Instituições, e não foi à falta de sugestões feitas na Assembleia Municipal. Não foi uma questão de não ter sucesso, nem da incapacidade do Executivo, foi uma questão de não fazerem, pelo que voltou a colocar a questão sobre as iniciativas levadas a cabo pela Câmara.

No local onde trabalha, ou seja, na Escola Secundária de Alcácer do Sal, foram apresentadas uma série de iniciativas à Câmara, foram pedidos apoios e não lhes chegou nenhuma resposta. A título particular colaborou com elementos da ADPA, apresentaram iniciativas à Câmara, e também não lhes chegou nada. Portanto não digam que não houve adesão, não fizeram foi nada. Acredita que as Comemorações podiam ter sido como fizeram em Montemor, uma excelente iniciativa para desenvolver os equipamentos culturais.

Quanto à Folha de Alcácer, restou ao Presidente da Câmara dizer exactamente o que é que pretendia.

Sobre a participação da Câmara Municipal na Romaria/Procissão da Junta de Santa Maria do Castelo, registou os esclarecimentos do Vereador.

Relativamente à questão da Biblioteca, lamentou que estivesse encerrada durante o mês de Agosto, e muito o entristeceu ouvir dizer que aquele espaço é muito pouco frequentado nesse mês e que se torna um depósito de crianças, facto que considera estar a ser aceite de forma passiva pelo Executivo.

Solicitou que a Biblioteca e a Cultura, de uma forma geral no Concelho de Alcácer, seja encarada com uma outra atitude, que não fosse passiva, que não se rendesse às evidências, mas que se fizesse, que se construísse, que se fizesse mais. Não queria que lhe dissessem que a Biblioteca é um depósito de crianças, mas sim que lhe apresentassem propostas e vontade para que deixasse de o ser.

Referiu ainda o quadro de pessoal da Biblioteca que tanto quanto soube tem falta de especialistas em BAD, pelo que não entende o facto de um dos poucos técnicos com essa especialização não estar na Biblioteca mas sim no Posto de Turismo.

Sobre a questão no sítio da Rede Natura, o Vereador Hélder Serafim disse que só tem conhecimento através da Comunicação Social, mas as notas de imprensa da Comunidade Europeia são públicas, qualquer cidadão pode ter acesso a elas. Informou que segue atentamente a questão, sobretudo porque a situação da

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

Comporta foi de facto questionada e quer perceber o que é que se está a passar, no Parlamento Nacional, na Comissão Europeia e no Parlamento Europeu sobre o assunto.

Solicitou mais esclarecimentos sobre a questão do parecer do Dr. Marino Vicente sobre o edifício do Clube Náutico, uma vez que o documento que o deputado citou anteriormente é precisamente o mesmo parecer referido pelo Presidente, mas diz exactamente o contrário daquilo que o Presidente da Câmara referiu. O Presidente falou muito das questões da área de implantação, mas esse problema foi ultrapassado, o último problema foi a questão da cota do leito de cheia.

Diz que os serviços da Câmara acompanharam atentamente a situação, acontece que os arquitectos da Câmara com quem falou disseram que a questão foi sendo protelada. O parecer da CCDRA diz que não havendo mais nenhum documento, vai valer o documento que foi apresentado pelo empresário do projecto.

O Presidente da Assembleia esclareceu que quando se fala num inquérito, é um inquérito criminal, e portanto esse inquérito corre os seus termos no tribunal, quer dizer que embora possa haver alguns elementos de natureza administrativa que possam ser carregados para esse processo, e percebe-se facilmente porquê, a partir do momento que existe uma morte, imediatamente é o Ministério Público quem toma conta do processo e as coisas correm outros trâmites.

É difícil neste momento, até porque é um órgão diferente do órgão administrativo da Câmara Municipal que está a conduzir o inquérito, e isso é fundamental também para se perceber o rol de testemunhas e os processos que correram, e também se perceber que está completamente em segredo de justiça. Não é possível nem obter extractos, nem declarações sobre o assunto.

Interveio o Presidente da Câmara que saudou o deputado Paulo Guerreiro pela sua intervenção relativamente à situação da Educação. Em relação ao 2.º ciclo na Comporta, o projecto prevê já uma zona para esse efeito, e a Vereadora está a negociar para oportunamente termos professores para justificar uma ampliação do edifício.

Quanto à Escola do Morgadinho, a obra irá avançar brevemente.

Tomou como recomendações os comentários do deputado José Balona.

Relativamente aos transportes escolares da Carrasqueira e da Quinta do Ouvidor, de que falou o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria do Castelo, houve de facto uma confusão.

Em relação às Comemorações da República, não disse que foram as pessoas, os munícipes que não aderiram, a maior parte dos elementos do Executivo é que não tem sensibilidade para um acontecimento que foi lindíssimo.

Comprometeu-se a definir um espaço para os Grupos Municipais com assento na Assembleia na Folha de Alcácer.

Sobre o Clube Náutico disse que se o deputado Luis Pereira tem alguma suspeita relativamente de que houve tráfico de influências, de que houve algum tipo de favorecimento, faz uma queixa ao Ministério Público.

O Vereador Gabriel Geraldo não quis deixar de enaltecer o trabalho exemplar que é feito na Biblioteca, o trabalho brilhante que executado por aqueles profissionais. Ao longo de todo o ano são feitas várias iniciativas, *workshops* para todas as Escolas do Concelho, mas há uma situação que tem que ser esclarecida, as pessoas adoecem, e outras porque tomaram essa decisão tiraram licença sem vencimento. Em pouco tempo, e contra tudo o que era expectável, a Biblioteca viu-se reduzida de pessoal. Em todos os serviços há técnicos, há assistentes técnicos, há técnicos superiores, e há os funcionários da limpeza, cada um tem as suas funções.

Voltando ao assunto da Romaria disse que a Câmara Municipal teve uma participação, foi mesmo num espectáculo, agora paralelamente àquilo que aconteceu, que foi uma Romaria, houve acordeonistas, uma sessão de baile, e os palcos foram preparados para que essas coisas acontecessem.

Em relação às Comemorações da República, e àquilo que disse o deputado Luis Pereira, poderia ter sido de sua iniciativa, ou da iniciativa do Estabelecimento de Ensino onde trabalha que algumas actividades fossem feitas, inclusive com os alunos.

A Vereadora Isabel Vicente procedeu à leitura de um ofício que a Câmara dirigiu à Junta de Freguesia de Santa Maria do Castelo em 26 de Agosto de 2009 a pedir a colaboração da mesma para transportar os meninos da Quinta do Ouidor e Monte Novo de Palma. O pedido não contemplava o actual ano lectivo, e se contemplasse teriam enviado um novo ofício a solicitar o mesmo serviço.

Em relação à aquisição de equipamentos para a Escola do Olival Queimado, não vão colocar lá só um brinquedo, as crianças fizeram um projecto para aquele espaço e é com base nesse projecto que vão equipá-lo adequadamente de modo a ficar uma área livre para a prática de outras actividades, como futebol, etc..., vão também colocar um telheiro, uma mesa para poderem fazer a merenda, e umas balizas amovíveis. O telheiro custou 10 mil euros, o restante equipamento, cerca de 3 mil euros. A Junta de Freguesia de Santa Maria do Castelo está muito preocupada com estes meninos, mas que a Vereadora tenha conhecimento nunca houve atenção por parte da mesma para que aquele espaço se tornasse mais agradável às crianças que o frequentam. Estão a tentar, com o orçamento que têm disponível para a área da Educação, fazer o melhor que podem.

Quanto à questão colocada pelo Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho disse que tiveram o cuidado de colocar um piso novo e antiderrapante na Escola de Casebres, pelo que vão tratar de completar as cadeiras.

Considerou bastante pertinente a intervenção do deputado Paulo Guerreiro em relação à oferta dos livros escolares, houve uma estreita colaboração com o agrupamento, tiveram o cuidado de consultar todas as livrarias de Alcácer e pagaram a medida que as facturas foram chegando.

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

Relativamente à Escola da Comporta e ao 2.º ciclo, tem vindo a ver junto da DREA, qual é a possibilidade, uma vez que a Escola foi sobredimensionada e há salas que estão excedentes, de no próximo ano haver uma turma de 5.º ano e no ano seguinte uma de 6.º ano que perfazia então o 2.º ciclo. Tem conhecimento que no Carvalhal há muitas pessoas interessadas em que se inicie esta valência na Comporta.

Sobre a Escola do Morgadinho houve um impasse, mas o projecto já está executado há algum tempo e vai seguir como está porque a Escola não tem as melhores condições.

Voltou a intervir o Vice-Presidente para prestar alguns esclarecimentos adicionais sobre o assunto da Rede Natura e sobre as Escolas do Morgadinho e de Casebres.

A deputada Nédia Cabecinha Correia sugeriu que talvez com um regime de voluntariado a partir de uma determinada idade resolvesse, ou amenizasse, o problema das crianças que ficam na Biblioteca durante o período de férias. Um projecto, como forma de os enquadrar e os pôr a fazer determinadas actividades que se tornem justificativas do tempo que eles lá passam.

A Biblioteca tem alguma facilidade em trabalhar com as Escolas, os alunos mais velhos podiam inscrever-se para eles próprios fazerem animação, desde que supervisionados, e talvez nessa altura resulte uma situação agradável para todos.

O deputado Luis Pereira disse que não ficou esclarecido sobre o que o Presidente da Câmara falou relativamente ao Edifício Multiusos. O Presidente disse que se o deputado considerasse que houve tráfico de influências que apresentasse uma queixa, e que não falava sobre o assunto, mas o que o deputado pretendia, era que o Presidente esclarecesse o assunto.

Quanto à intervenção do Vereador Gabriel Geraldo quando enaltece o trabalho feito na Biblioteca, concordou que o mesmo é meritório, que a Biblioteca tem de facto bons funcionários, qualificados, o que não entendeu é porque é que não fazem mais. Eventualmente porque a tutela também não tem dinamismo para potenciar o seu trabalho. É preciso que haja visão para que perceber que aquela ferramenta, aquele equipamento cultural pode produzir mais. Não se referiu aos funcionários, mas sim à tutela.

Em relação às Comemorações da República, esclareceu que o local onde trabalha, a Escola Secundária de Alcácer do Sal, remeteu alguns ofícios à Câmara e que ele próprio colaborou com a ADPA a título particular.

Acrescentou que se empenhou nas Comemorações da República e que inclusive teve uma intervenção no Congresso de Homenagem ao malgrado arqueólogo João Faria que decorreu no Auditório Municipal, e que nos dois últimos boletins da ADPA estão alguns títulos do cidadão Luis Pereira.

A Vereadora Isabel Vicente voltou a intervir para prestar uma informação adicional sobre a questão dos tempos livres que os miúdos têm, em relação às interrupções lectivas, assunto que já foi discutido entre o Executivo. Vão promover uma reunião

brevemente, com todos os técnicos, do Desporto, da Biblioteca, da Oficina da Criança, até com os técnicos das AECS, para que possam fazer um programa único, e na altura das interrupções lectivas, os meninos possam ter um programa e que possam inscrever-se nas diversas actividades.

### **DELIBERAÇÃO:**

#### **TOMADO CONHECIMENTO.**

#### **7 – ANÁLISE E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2009 DA EMPRESA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS DE ALCÁCER DO SAL, EM;**

Registou-se a intervenção do Presidente da Câmara, que fez a apresentação do documento em análise.

Interveio o deputado José Arlindo de Passos que referiu algumas notas retiradas do documento apresentado, nomeadamente que houve uma viragem no caminho a seguir pela empresa, especialmente em relação às equipas de construção civil, o que no ano de 2009 foi reforçado com mais obras, e obras de maior dimensão. O protocolo com a Câmara, no valor de 1.330.000,00€ e as prestações de serviço de 1.108.000,00€. O resultado de 2009, é positivo no valor de 8.095,00€, uma nota que é de realçar nestas contas é que o valor dos custos com pessoal atingiu o valor de 1.476.519,00€, valor esse superior ao do protocolo, que é de 1.330.000,00€, existindo um diferencial de menos 146.164,00€. Logo este facto origina que em algum mês, a EMSUAS vai sentir dificuldades em pagar ao pessoal. Dívidas de terceiros a curto prazo – 545.570,00€; dívidas a terceiros a curto prazo – 770.221,00€, logo a diferença é de menos 224.650,00€, significa que a EMSUAS pode receber tudo, significa que ainda lhe falta este valor para pagar as dívidas.

As remunerações de administrador delegado – 25.259,00€; senhas de presença \_ 12.220,00€.

Foi informado que devido às dificuldades financeiras estão com dificuldades em cumprir prazos de pagamentos a fornecedores.

Se em 2009, com o valor das prestações de serviço de 1.108.413,00€ são estes os resultados, o que será de 2010 onde o valor das prestações de serviços caiu para metade de verba de 2009, e onde sabemos que as obras são a “bóia de salvação” das contas da empresa. Fizeram um grande alarido com a assinatura do acordo da empresa, passados dois anos ainda não os estão a cumprir integralmente e já o Presidente afirma que os trabalhadores têm direitos e regalias a mais, que se descuidou aquando da discussão do acordo da empresa e que terão que tirar direitos aos trabalhadores aos trabalhadores.

Afirmaram que houve uma viragem no caminho a seguir, especialmente em relação às equipas de construção civil, actualmente já é habitual ver-se encarregados de construção civil a limpar sarjetas porque não têm obras.

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

Nas vésperas das eleições, em 2009, o Presidente registou em acta que nenhum trabalhador seria despedido, em Março de 2010, foi decidido que não irão proceder à renovação de alguns contratos a terminar nos próximos meses, o que já se está a notar, no futuro o que ficará registado em acta, é a grande preocupação da maioria dos trabalhadores.

Em relação à polivalência, não sabe se o Presidente tem conhecimento do acordo da empresa, que não está a ser cumprido e onde as funções e as categorias estão definidas, e todas têm conteúdo funcional. Quando os encarregados andam a varrer e a limpar sarjetas, é porque não têm obras. Se a própria Câmara não tem obra, quanto mais dar obra aos outros. Estas são as razões.

O Presidente da Câmara afirmou que não viu nenhuma contradição entre o que o deputado Arlindo Passos disse, e o que ele próprio referiu. Estão a poupar, a fazer polivalência, se é porque têm obra ou não, o problema é que as pessoas não querem saber do acordo da empresa, porque sabem que se tiverem de cumprir o acordo integralmente não se salva a EMSUAS, e portanto fazem as coisas como deve ser e limpam o que for preciso, porque são polivalentes e inteligentes, e ele próprio ajudou-os a entender que é este o caminho.

### **DELIBERAÇÃO:**

**APROVADA POR MAIORIA COM VOTO DE QUALIDADE DO PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (12 VOTOS A FAVOR PELOS ELEITOS DO PS, 13 VOTOS CONTRA PELOS ELEITOS DA CDU, 1 VOTO A FAVOR PELO ELEITO DO PSD E UMA ABSTENÇÃO PELO ELEITO DO BE);**

**8 – ANÁLISE E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA RECTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º 19/GAP/2009 DE 6 DE AGOSTO PARA REQUERER A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DE TERRENOS SITOS NA ENVOLVENTE DO CASTELO;**

O documento em análise foi apresentado pelo Presidente da Câmara que apresentou os devidos esclarecimentos.

### **DELIBERAÇÃO:**

**APROVADO POR UNANIMIDADE.**

**9 – ANÁLISE E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIO DE MÉRITO;**

A fim de expor o documento em causa, interveio a Vereadora Isabel Vicente. Aproveitou a ocasião para dirigir um convite aos Membros da Assembleia Municipal para estarem presentes na Cerimónia de Entrega dos Prémios de Mérito Escolar.

### **DELIBERAÇÃO:**

#### **APROVADA POR UNANIMIDADE.**

### **10 – ANÁLISE E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL;**

Interveio o Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos necessários à compreensão do documento em análise.

A Vereadora Isabel Vicente entendeu acrescentar alguns esclarecimentos adicionais, nomeadamente que no final do ano lectivo tiveram a indicação por parte do agrupamento, de que não haveriam salas disponíveis para o pré-escolar e sabendo que é uma etapa bastante importante na vida de uma criança, tiveram a ver quais seriam os espaços disponíveis, que não são muitos, e decidiram optar pela Oficina da Criança, uma vez que tinham duas salas disponíveis e estavam subaproveitadas pelas AECS no ano transacto. Portanto, uma vez que o pré-escolar sempre funcionou na Oficina da Criança durante muitos anos, foi o local mais apropriado para receber as duas turmas para que os pais tivessem uma resposta social e para que estas crianças não ficassem fora do ensino este ano.

Tiveram que alterar o Mapa de Pessoal porque não tinham técnicos para assegurar o acompanhamento daquelas duas salas, e portanto a proposta para abrir concurso e posteriormente vão à bolsa de reserva, porque já tinham aberto um procedimento para contratação de assistentes técnicos e para que o processo seja mais rápido irão incluir esta proposta na próxima reunião de Câmara, se for aceite, para que possam dar prosseguimento ao procedimento.

Registou-se a intervenção do deputado José Arlindo de Passos para fazer uma sugestão ao Executivo. Normalmente quando abrem um concurso para assistente operacional, seja operário qualificado, servente, seja o que for, vai sempre para a base da carreira – 475,00€, o ordenado mínimo nacional, tanto ganha o servente, como o pedreiro, como o carpinteiro. Quando é assistente técnico é a mesma coisa, é a base da carreira, que são 683,00€, quando é técnico superior vai para o 3.º escalão e já não é colocado no 1.º, porque o 3.º é 1.407,00€ e o 1.º é 995,00€. Despertou-lhe a atenção porque nas duas últimas sessões da Assembleia não esteve presente, e ouviu o Presidente falar em reclassificações, que já eram feitas há 10 anos.

Andaram a reclassificar os anteriores e estão a incluir mal os novos. Por exemplo, antigamente um cantoneiro de limpeza, quando entrava era posicionado no 2.º escalão, ganhava 532,00€, actualmente, entra a ganhar 475,00€, mas essa situação só depende do Executivo da Câmara, a Lei não diz nada disso, tanto mais que para o técnico superior já o posicionam no 3.º escalão. Era bom que houvesse um pouco mais de justiça.

Interveio o deputado Luis Pereira que afirmou perceber a necessidade destas contratações, mas deviam ser feitas como deve ser. Todos sabem do que estão a

falar, não precisam de falar de suspeitas, é necessário olhar a realidade como ela é, ou seja, aprovam as contratações, mas claramente aceitam concursos à medida e vão estar atentos ao concurso.

### **DELIBERAÇÃO:**

#### **APROVADO POR UNANIMIDADE.**

### **11 – ANÁLISE E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO DA SUSPENSÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ÁREA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DA COMPORTA – ADT2;**

Voltou a intervir o Presidente da Câmara a fim de fazer uma introdução ao documento proposto à votação.

A Vereadora Isabel Vicente frisou que o que importante é que as alterações vão permitir e reduzir o impacto ambiental, uma vez que há um menor movimento de terras e também haverá uma diminuição do gasto de água. Esta solução vem melhorar a solução actual, estão convictos que esta proposta será a melhor, e também acrescentar que este Plano de Pormenor não vai ter qualquer alteração nas áreas, tudo se vai manter, a área de implantação e de construção. É só uma alteração a nível do campo de golfe para cumprir as exigências que o Ryder Cup exige, e para que este campo depois possa ter uma maior utilização noutros campeonatos internacionais, e com isso potenciar a actividade económica no Concelho.

O que é preciso ressaltar e que é importante é que esta alteração vem permitir a redução do impacto ambiental naquela zona que é bastante importante.

O deputado Frederico D'Orey considerou a realização do Ryder Cup em Portugal de um enorme elogio para o País, por um lado, porque isto é uma competição ente os EUA e a Europa, e ao mesmo tempo é importantíssimo para o Concelho de Alcácer do Sal. Pensa que se Alcácer do Sal conseguir cativar esta competição terá que trabalhar muitíssimo.

Recomendou, em nome da Comissão Permanente de Urbanismo, Mobilidade, Segurança e Ambiente, que se resolvam os problemas do mosquito e outros que envolvem a região, porque é impensável Alcácer continuar com este problema, acolher um evento internacional que vai meter milhares de euros na região, de pessoas que vêm, que vão estar à espera de um sítio para descansar, de uma região florestal linda para passear, de um rio fantástico, de um património inigualável, e de repente serem surpreendidos pelos mosquitos.

Relativamente à situação dos esgotos, espera que em 2012 também esteja resolvida, e consigam avançar com a ETAR. Isto é um ponto importante para o desenvolvimento da região e do Concelho, é um grande desafio para o Executivo, no sentido do desenvolvimento económico e de salvaguardar os interesses das famílias que vivem no Concelho, porque isto vai distribuir muito dinheiro a todas as actividades sócio-económicas existentes localmente, que prestam serviços. Era

muito bom que atempadamente tivessem tudo preparado para receber toda esta elite a nível mundial, porque o golfe é de facto, ainda, um desporto de leite. Desejou que o RUAS funcione bem, que a Comissão ponha de facto toda a sua inteligência a trabalhar, que os gabinetes de arquitectura funcionem bem, no sentido de que as coisas sejam boas e que resultem bem, porque a imagem do Concelho é muito importante.

O deputado Paulo Guerreiro, tal como o deputado Frederico D'Orey, também integra a Comissão Permanente de Urbanismo, Mobilidade, Segurança e Ambiente, e nessa perspectiva quis reforçar que há condições para conseguir de uma forma estruturada e organizada, avançar com projecto dos mosquitos. É lógico que há muito trabalho para fazer, mas isso não é motivo para não fazer. Há condições para isso, consideram que é uma questão fundamental para todo o Concelho e para toda a população, e pode ser um Março evolutivo na qualidade de vida das populações, na atractivamente da região e tudo mais. Reforçou que no seu ponto de vista há condições para que este projecto se desenvolva.

Interveio o deputado José Balona que esclareceu, para que não restassem dúvidas, que da parte do Grupo Municipal da CDU e dos Vereadores da CDU estão dispostos a apoiar tudo o que seja investimento, seja turístico ou não. Voltando à sessão de Sábado, dia 25, na Comporta, reiterou que para além deste investimento, que não seja feito à conta dos pequenos agricultores, dos pescadores, e das pessoas que vivem naquela localidade. Porque se verem de facto o plano de intenções e os projectos que aparecem, falam sempre em letras garrafais, tendo em conta o fortalecimento económico do Concelho e da zona, a actividade económica daquela zona é muito agrícola, portanto esperam que aquilo que vai ser feito não ponham em causa, mais tarde, os rendeiros, os agricultores e os pescadores.

O deputado Luis Pereira considerou que a questão incide em saber o que é esse progresso, saber o que é esse desenvolvimento, e não o podem querer a todo o custo, sobretudo têm que ter presente que não há desenvolvimento sem preservação ambiental, sem um bom ambiente para legar aos vindouros, isto é consensual, mas, o que importa perceber é o que é que se faz na prática.

Quando observa o projecto e a proposta de suspensão do Plano de Pormenor, tem muitas dúvidas, é pedido à Assembleia que vote a suspensão de um Plano de Pormenor que vai permitir reduzir o impacto ambiental, então a suspensão deste plano o que vai permitir é que não se faça a avaliação do impacto ambiental, como é que se sabe que vai permitir reduzi-lo.

Citou José Manuel Fernandes, que não é uma pessoa da sua área política, longe disso, não é um esquerdista. Ele lança umas questões, num artigo que escreveu há uns tempos, sobre as quais deviam meditar, e se calhar o facto de ele ser quem é dá que pensar, ele escreveu um artigo aqui há uns anos atrás onde dizia: "Isto anda tudo um bocado pornográfico", é o título.

Ele queria falar de várias coisas que estão a acontecer com o País, e uma delas era justamente a candidatura ao *Ryder Cup* na Comporta. Esta candidatura, este campo de golfe está situado num sítio de Rede Natura, um sítio protegido, todavia,

esta protecção pode ser ultrapassada porque o projecto foi feito ao abrigo de um PIN, se não fosse o PIN não era possível, mas existe o bom do PIN e a candidatura ao *Ryder Cup* pode ser feita, é possível. Acontece que este PIN foi feito pelo ex-Ministro Manuel Pinho, que também é um ex-administrador do Grupo Espírito Santo e que agora é Presidente da Comissão Executiva do *Ryder Cup*, portanto, se isto não é bocadinho “pornográfico”.

Perante esta situação, têm ainda, como já foi referido, a questão da Comissão Europeia estar preocupada com o que se está ali a fazer, portanto, já há uma situação inicial que não é positiva, agora têm ainda as preocupações da Comissão Europeia o que quer dizer que de facto ali estão a correr violações ambientais, o que de facto não é correcto. E agora perante este cenário pedem-nos que façamos uma suspensão do PP. Ao deputado esta situação levanta-lhe muitas dúvidas, asneiras atrás de asneiras, atropelos, e com estes atropelos ao ambiente não compacto-a.

Solicitou que olhassem para aquilo que tinham na sua presença, não para aquilo que gostariam que fosse. Gostariam que fosse um projecto limpo que lhes trouxesse desenvolvimento, mas não é um projecto limpo, é um projecto com muitos atropelos. Isto é de facto mau de mais, e é preciso olhar a realidade como ela é, não como querem ou desejam que ela fosse.

O Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que a avaliação do impacto ambiental, do ponto de vista meramente da legalidade e sem discutir se a Lei está bem ou mal feita, cumpriu os seus trâmites e o projecto já foi objecto de avaliação de impacto ambiental o que implica a necessidade de dar início a este procedimento com a maior brevidade, e que nos termos da Lei, e face às alterações pouco significativas, cabe à Câmara Municipal.

A Vereadora Isabel Vicente acrescentou que este estudo de impacto ambiental é obrigatório, portanto as entidades competentes irão pronunciar-se sobre o mesmo e dar o seu parecer porque a Câmara não vai dispensar esse estudo, tendo em conta as questões presentes.

### **DELIBERAÇÃO:**

**APROVADA POR MAIORIA, COM 26 VOTOS A FAVOR E 1 VOTO CONTRA DO BE.**

### **12 – ANÁLISE E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO DA CESSÃO DA POSIÇÃO NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO DE ALCÁCER DO SAL;**

Interveio o Vereador Gabriel Geraldo para prestar os esclarecimentos necessários à compreensão do documento em análise.

A deputada Maria Antónia dos Reis Mendes solicitou a junção de um parecer jurídico ao presente documento, no sentido de poderem avaliar melhor esta questão.

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

O Vereador Gabriel Geraldo esclareceu que por lapso o parecer não foi junto aos restantes documentos, mas que lhe podia fazer chegar o mesmo. No entanto, garantiu-lhe que o assunto mereceu acompanhamento técnico e jurídico e que tem o parecer favorável.

A deputada sugeriu que a discussão da proposta ficasse para a próxima reunião, após terem acesso ao parecer jurídico.

O Presidente da Assembleia Municipal perguntou ao Executivo se havia algum inconveniente em que a votação deste documento fosse agendada para a próxima reunião, que se realizaria no dia 18 de Outubro, dando oportunidade aos deputados de estudar os documentos.

Na opinião do Vereador Gabriel Geraldo não haveria nenhum inconveniente, de qualquer forma alertou para o facto de estarem num período de encerramento do 1.º semestre de 2010, e os revisores vão começar a auditar as contas do Município. Ao atrasarem a discussão da proposta, irão impedir que eles trabalhem.

Posto isto, o Presidente da Assembleia propôs a retirada do Ponto 12 da Ordem de Trabalhos e convocou uma Assembleia Extraordinária para o dia 18 de Outubro, pelas 21h00.

### **DELIBERAÇÃO:**

**APROVADA POR UNANIMIDADE A RETIRADA DO PONTO 12 DA ORDEM DE TRABALHOS.**

### **APROVAÇÃO EM MINUTA DAS DELIBERAÇÕES \_\_\_\_\_**

A fim de produzirem efeitos imediatos todas as deliberações integrantes da presente acta foram aprovadas em minuta, por unanimidade.

### **ENCERRAMENTO DA SESSÃO \_\_\_\_\_**

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão, eram vinte e três horas e cinquenta minutos do dia 29 de Setembro do ano dois mil e dez. Eu, Teresa Margarida Emídio da Graça, Assistente Técnica, redigi a presente acta que assino com o Presidente da Assembleia Municipal.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
A ASSISTENTE TÉCNICA

